



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Abuso sexual na infância: o papel do contexto do abuso, do estado emocional da criança e dos mitos nas atribuições dos observadores.

Marta Dias Costa

Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Doutora Eunice Vieira Magalhães, Investigadora Integrada,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

setembro, 2021



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Abuso sexual na infância: o papel do contexto do abuso, do estado emocional da criança e dos mitos nas atribuições dos observadores.

Marta Dias Costa

Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Doutora Eunice Vieira Magalhães, Investigadora Integrada,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

setembro, 2021

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Eunice Magalhães, por todo o apoio e disponibilidade que proporcionou ao longo deste ano. Obrigada por todas as palavras de encorajamento e por toda a sua dedicação.

Aos meus pais, por continuamente me proporcionarem tudo o que conseguem, pelos constantes sacrifícios e por todas as vezes que priorizaram a minha felicidade. Ao Mano, porque sem ti nada seria possível, obrigada por seres o melhor exemplo que uma pessoa podia ter. Nunca ides perceber o quão grata estou por vos ter todos os dias ao meu lado.

À Candeias, por me teres aturado os últimos 17 anos e por o continuares a fazer. Por me continuares a acompanhar nas diferentes fases da minha vida, teres-me visto crescer e teres, também, crescido ao meu lado.

À Dias, Frade, Jo, Mig e Silva, por terem permitido que uns jogos de cartas na Ala Azul se tornassem numa amizade para a vida. Obrigada por cada uma de vós me acrescentar algo tão diferente, e em conjunto terem-me proporcionado uma nova família.

À Gaby, por ter sido a bossy dos trabalhos e uma das bases seguras deste ano, por estar sempre lá para ouvir os pânicos deste ano e lembrar que tudo acontece por uma razão.

À Bea, por me deixar ser pessimista e ao mesmo tempo me tornar mais positiva. O mundo pode ser péssimo, mas obrigada por fazeres tudo parecer mais simples.

À Andreia, por ter sido a pessoa que melhor compreendeu as ansiedades deste ano, por aproveitar momentos aborrecidos em casamentos para me esclarecer dúvidas e dar suporte emocional. Este ano teria sido ainda mais difícil sem ti.

À Carolina, por me fazer querer ser uma pessoa melhor, por me fazer lutar pelos meus sonhos e celebrar todas as minhas conquistas. Contigo nunca vai haver palavras suficientes, por isso, obrigada só.

Por fim, a todos os que fizeram parte destes cinco anos, que se vestiram de preto e branco e fizeram do Campo Grande uma nova casa.

Resumo

As atitudes dos indivíduos relativamente ao abuso sexual são muito importantes para a proteção da vítima. Os mitos sobre o abuso sexual são estereótipos prejudiciais que parecem influenciar o modo como os indivíduos percebem a situação de abuso sexual e os diferentes elementos, incluindo uma tendência para a negação da situação abusiva. Estes mitos apresentam diversas consequências negativas para a vítima, impedindo-a de receber o apoio que necessita.

A presente dissertação tem como objetivo explorar de que modo o contexto abusivo e o estado emocional da criança impactam as atribuições dos participantes face ao abuso sexual na infância, assim como explorar o papel moderador dos mitos do abuso sexual. Deste modo, participaram neste estudo 322 adultos da comunidade (84.2% do sexo feminino), com idades compreendidas entre os 18 e os 70 anos ($M = 28.88$; $DP = 11.38$), que preencheram um conjunto de questionários. Os resultados sugerem um efeito da manipulação do contexto abusivo e da reação emocional da vítima nas atribuições de honestidade da vítima. A vítima foi percebida como mais honesta no contexto de abuso extrafamiliar com reação de choro, comparativamente ao contexto de abuso intrafamiliar com reação de choro. Ademais, e apesar de não se ter observado um efeito significativo dos mitos do abuso sexual na infância enquanto moderador, foi verificada uma relação entre os mitos do abuso sexual na infância e as atribuições dos indivíduos. Estes resultados são discutidos à luz da literatura, sendo apresentadas as suas limitações e implicações para a investigação futura e prática profissional.

Palavras-chave: Abuso sexual na infância; Mitos do abuso sexual; Estado emocional; Contexto abusivo; Atribuições;

Domínio Científico (APA):

3020 Group & Interpersonal Processes; 3040 Social Perception & Cognition;

Abstract

Individuals' attitudes towards sexual abuse are very important for victim protection. Child sexual abuse myths are harmful stereotypes which seem to influence how people perceive the sexual abusive experience and the ones involved, including a tendency to deny the abuse. These myths have several negative consequences for the victim, preventing them from receiving the support they need.

This dissertation aims to explore how the abusive context and the child's emotional state impact the participants' attributions in the face of child sexual abuse, as well as exploring the moderating role of sexual abuse myths. Thus, 322 adults of the community participated in this study (84.2% female), with ages between 18 and 70 years old ($M = 28.88$; $SD = 11.38$), who completed a set of questionnaires. The results suggest an effect of the manipulation of the abusive context and the victim's emotional reaction on the victim's honesty attributions. The victim was perceived as being more honest on the extrafamilial abuse with a crying reaction, compared to intrafamilial abuse with a crying reaction. Furthermore, and despite the non-significant moderator effect of child sexual abuse myths, a significant relationship between these myths and the attributions was found. These results are discussed in the light of the literature, and their limitations and implications for future research and professional practice are described.

Keywords: Child sexual abuse; Myths of sexual abuse; Emotional state; Abusive context; Attributions;

Scientific Field (APA):

3020 Group & Interpersonal Processes; 3040 Social Perception & Cognition;

Índice Geral

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract	v
Índice de Quadros.....	ix
Introdução.....	
Enquadramento Teórico	1
1.1. Conceptualização e prevalência do abuso sexual na infância/adolescência.....	1
1.2. Dinâmicas abusivas e impacto do abuso sexual	3
1.3. Mitos sobre o Abuso Sexual na Infância/Adolescência	6
1.4. Atitudes relativas ao abuso sexual na infância em função do contexto abusivo	8
1.5. Atitudes relativas ao abuso sexual na infância em função do estado emocional da criança	11
1.6. Objetivo e hipóteses de investigação.....	14
Método	17
2.1. Participantes	17
2.2. Materiais	17
2.2.1. Questionário sociodemográfico	17
2.2.2. Escala de mitos sobre abuso sexual de crianças	17
2.2.3. Vinhetas de caso hipotético de abuso sexual	18
2.2.4. Questionário de atribuições face ao abuso sexual de crianças.....	18
2.3. Procedimentos de recolha e análise de dados	19
Resultados	21
3.1. Estatística descritiva	21
3.2. Atribuições face ao abuso sexual em função do contexto do abuso e da reação emocional: o papel moderador dos mitos do abuso sexual	23
Discussão.....	25
4.1. Limitações e Orientações Para a Prática Profissional e Investigação Futura.....	28
Conclusão	
Fontes	33
Referências Bibliográficas	35
Anexos.....	49

Índice de Quadros

Quadro 3.1. Associação entre as Variáveis em Estudo	21
Quadro 3.2. Diferenças de médias nas variáveis em análise em função do sexo dos participantes.....	22
Quadro 3.3. Média e Desvio Padrão das Atribuições Face ao Abuso Sexual em Função da Vinheta.....	24

Introdução

O abuso sexual na infância é definido como todas as situações em que uma criança/jovem é utilizada como estímulo sexual, apesar de não apresentar competências maturacionais para compreender a situação em questão, não podendo, assim, prestar qualquer tipo de consentimento (Organização Mundial de Saúde [OMS], 2017). Apesar do abuso sexual na infância se apresentar como uma das formas de maus-tratos menos reportada (Comissão Nacional de Proteção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJC], 2021), a literatura demonstra o seu potencial impacto negativo no ajustamento das crianças e jovens (Finkelhor & Browne, 1985; Hailes et al., 2019) e uma maior tendência para ser reportada por crianças do sexo feminino (Kelly & Karsna, 2017).

Os mitos sobre o abuso sexual na infância e adolescência definem-se como crenças incorretas referentes ao abuso sexual e aos seus envolventes, sendo explicados através de três dimensões: difusão de culpa, negação do abuso e estereótipos restritivos (Collings, 1997; Cromer & Goldsmith, 2010). Estes mitos parecem influenciar as atribuições dos indivíduos no que diz respeito à situação de abuso, à vítima e ao perpetrador.

Entre os mitos mais frequentes na sociedade, destaca-se a crença de que os perpetradores de abuso sexual na infância são estranhos ou desconhecidos da vítima - *stranger danger* (Cromer & Goldsmith, 2010). Ademais, os indivíduos parecem esperar que as vítimas demonstrem emoções como tristeza, medo e raiva durante a revelação do abuso (Bennet et al., 2005; Feiring & Taska, 2005; Sayfan et al., 2008). Deste modo, pretende-se estudar o papel das variáveis em questão - contexto abusivo e estado emocional na revelação - nas atribuições face a uma situação hipotética de abuso sexual na infância, analisando também o papel moderador dos mitos do abuso sexual.

Neste sentido, a presente dissertação apresenta-se organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo refere-se ao enquadramento teórico, tendo como foco a conceptualização do abuso sexual na infância/adolescência e a contextualização teórica desta temática. Este mesmo capítulo pretende apresentar os mitos do abuso sexual da infância e as consequências que estes têm nas atribuições por parte dos indivíduos, mais propriamente das atribuições relativas ao abuso sexual na infância em função do contexto abusivo e em função do estado emocional da criança durante a revelação. Por fim, são igualmente apresentadas as questões de investigação, tal como os objetivos e hipóteses de investigação.

O capítulo 2 apresenta o método, identificando participantes, instrumentos e, por fim, procedimentos de recolha e análise de dados, sendo que os principais resultados são descritos, posteriormente, no capítulo 3. Por fim, o capítulo 4 apresenta a discussão dos principais

resultados à luz da evidência e da teoria, tal como as limitações do presente estudo e as implicações para a investigação futura e prática profissional.

CAPÍTULO 1

Enquadramento Teórico

1.1. Conceptualização e prevalência do abuso sexual na infância/adolescência

O abuso sexual na infância ou adolescência envolve todas as situações em que uma criança ou jovem é utilizada como estímulo sexual, com o objetivo de satisfazer o prazer sexual do perpetrador (Goodyear-Brown et al., 2012; OMS, 2017). O abuso sexual na infância pode ocorrer através de diversos comportamentos, como carícias nos órgãos genitais (Alberto, 2004), penetração vaginal ou anal - com objetos, dedos ou pênis -, ou forçar a criança a manter uma relação sexual com outra criança ou animais (López, 1999). O abuso sexual abrange, igualmente, situações em que não existe contacto físico (Hornor, 2010), como exploração sexual, voyeurismo, pornografia e exibicionismo (Pfeiffer & Salvagni, 2005). Nos episódios de abuso sexual na infância, as crianças e jovens envolvidos não apresentam competências maturacionais para compreender por completo a situação presente, e, conseqüentemente não poderão prestar consentimento (OMS, 2017). O abuso sexual envolve também situações em que existe uma grande diferença de idade ou maturidade entre a vítima e o perpetrador (Finkelhor, 1984). O perpetrador poderá apresentar-se numa posição de autoridade ou numa posição em que tem como dever cuidar da criança, existindo uma relação assimétrica entre vítima e perpetrador (Lameiras et al., 2008), uma vez que este apresenta uma vantagem sobre a vítima - quer seja esta abuso de confiança, poder ou autoridade (Figueiredo, 2015). O abuso sexual poderá ocorrer também entre duas crianças menores de idade, em circunstâncias em que, por exemplo, o agressor é significativamente maior do que a vítima (Figueiredo, 2015).

Finkelhor (1984) refere algumas condições que são necessárias ocorrer de modo a considerar o contacto como uma situação de abuso sexual. A primeira condição passa pela existência de uma motivação por parte do perpetrador para o abuso sexual, sendo que, para tal, Finkelhor (1984) refere como segunda condição o perpetrador ter de superar as suas inibições internas - isto é, as suas normas morais ou o medo de ser apanhado. A terceira condição diz respeito ao perpetrador superar as inibições externas, ou seja, inibições que impossibilitam o contacto com a vítima - como a supervisão e proteção da criança por outros adultos. A última condição refere que o perpetrador deve superar a resistência da criança (Finkelhor, 1984), sendo que o perpetrador poderá utilizar violência ou manipulação - por exemplo, dinâmicas do segredo, cumplicidade e sedução (Faleiros, 2003). A criança poderá, também, ser coagida através de ameaças físicas ou verbais (Carmo et al., 2002), ou envolvendo formatos mais subtis

(algumas previamente referidas), como jogos de sedução, carícias e atentados à liberdade sexual (Cordeiro, 2003).

A investigação sugere que o risco de abuso sexual aumenta entre os cinco e os 12 anos de idade (Arcari, 2016). Em Portugal, Fávero (2003) demonstrou que os abusos decorrem, na sua maioria, entre os quatro e os sete anos de idade. No entanto, a idade em que ocorrem os abusos parece variar conforme o sexo da vítima, sendo que para o sexo masculino, o risco de abuso é maior aos quatro anos, e posteriormente, por volta dos 17 anos, sendo que as vítimas do sexo feminino são maioritariamente jovens, com cerca de 14 anos de idade (Vukadin et al., 2016).

Não obstante estes pressupostos de conceptualização, importa salientar que o abuso sexual na infância é influenciado por diversos fatores culturais (Finkelhor, 1984) - que se refletem, por exemplo, nas leis dos diferentes países relativamente ao abuso sexual na infância e à idade mínima para contrair casamento (Fayokun, 2015). O abuso sexual de crianças em Portugal é um crime definido no Código Penal de 2007 entre os crimes contra a autodeterminação sexual (artigos 171.º a 178.º) - definindo que as crianças e os adolescentes, devido à sua idade e nível de desenvolvimento, não apresentam condições para se autodeterminarem sexualmente (ao contrário dos crimes contra a liberdade sexual).

O abuso sexual na infância é uma problemática global de elevada prevalência (Maria & Ornelas, 2010), no entanto, esta mesma prevalência varia significativamente entre diferentes países e sexo da criança (Moynihan et al., 2018). A literatura é consistente ao demonstrar que as taxas de abuso sexual são mais elevadas para crianças do sexo feminino, em comparação com crianças do sexo masculino (Kelly & Karsna, 2017; Sedlak et al., 2010). Segundo Finkelhor e colaboradores (2014) cerca de uma em cada quatro mulheres e um em cada 20 homens sofreram de alguma forma de abuso sexual, na infância ou adolescência. A OMS (2017) apresenta dados que reportam que 18% das raparigas e cerca de 8% dos rapazes relatam ter sofrido de experiências de abuso sexual durante a infância. Dados semelhantes foram reportados numa meta-análise realizada por Baccino e Martrille (2016), reportando uma prevalência mundial de 7.4% em homens e 19.2% em mulheres. Nos Estados Unidos da América estima-se que em média uma em cada 10 crianças sofram de abuso sexual até aos 18 anos de idade (Townsend & Rheingold, 2013), sendo que apenas no ano de 2016, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos (2018) reportou cerca de 60 000 crianças com forte evidência de vitimação por abuso sexual. Contudo, o abuso sexual que envolva penetração é relatado por cerca de 5 a 10% das raparigas e 1 a 5% dos rapazes (Barth et al., 2013).

Em Portugal, segundo o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJCJ, 2021), em 2020, foram comunicados 41 337 casos de crianças e jovens em perigo, sendo que destes 1.7% correspondem a situações de abuso sexual (N = 712). Destes, 124 casos foram diagnosticados, sendo que 22.58% (N = 28) referem-se a importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de caráter exibicionista ou constrangimento a contacto; 31.45% (N = 39) a aliciamento sexual; 2.42% (N = 3) a pornografia infantil; e, por último, 43.55% (N = 54) dizem respeito a violação ou outro ato sexual. O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI; Ministério da Administração Interna, 2020) demonstrou que 27.9% dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual dizem respeito a situações de abuso sexual de crianças, sendo que a maioria destes crimes se apresentou como sendo referente a pornografia infantil (47.2%).

1.2. Dinâmicas abusivas e impacto do abuso sexual

A revelação das experiências de abuso sexual é um processo complexo. Nem sempre as experiências de abuso sexual são reveladas (Lemaigre et al., 2017) e, apesar de não existirem dados oficiais, considera-se que apenas um terço dos abusos sexuais que envolvem uma criança ou jovem tendem a ser reportados (Darkness to Light, 2015). De acordo com dados do Reino Unido, cerca de uma em cada três crianças que sofreram de abuso sexual na infância não revelaram a experiência abusiva (Redford et al., 2011). Igualmente, um estudo realizado com adolescentes, na Suécia demonstrou que cerca de 19% das raparigas e 31% dos rapazes nunca tinham revelado o seu abuso, previamente à data do estudo (Priebe & Svedin, 2008). No entanto, a literatura demonstra que a maioria das vítimas apresentam uma tendência para adiar a revelação até à adolescência ou idade adulta (Winters et al., 2020), uma vez que as taxas de revelação durante a infância variam entre 31% e 41% e na adultícia variam entre os 58% e 72% (McElvaney et al., 2020).

As dificuldades relacionadas com a revelação da experiência estão amplamente descritas teoricamente, sendo importante destacar o modelo de Síndrome do Segredo conceptualizado por Furniss (1993). Este modelo encontra-se ancorado em dinâmicas internas e externas que contribuem para a manutenção do segredo, aumentando as dificuldades na revelação e contribuindo para a consecutiva vivência do abuso. Furniss (1993) destaca três níveis associados às dinâmicas internas. O primeiro nível refere-se ao ambiente da experiência abusiva, uma vez que este é pautado por um cenário de confusão, que dificulta o processamento cognitivo e emocional da experiência abusiva. O segundo nível remete à dissociação do perpetrador, frequentemente descrita pela vítima, relevando a existência de alterações no

comportamento do perpetrador durante o abuso. Por fim, Furniss (1993) destaca o facto de a interação abusiva ocorrer de forma estereotipada - apresentando rituais de entrada e de saída que assinalam uma cessação da rotina da vítima -, o que conseqüentemente faz com que o abuso seja compreendido como uma quebra do quotidiano, e interpretado como uma experiência atípica, sendo, por conseguinte, experienciada como uma intermitência da realidade. Estes três níveis associados às dinâmicas internas dificultam a assimilação e compreensão da experiência abusiva por parte da vítima, dificultando conseqüentemente a revelação do abuso por parte da mesma (Furniss, 1993).

As dinâmicas externas são não só demonstradas por Furniss (1993), mas também amplamente exploradas na literatura. Estas dinâmicas englobam estratégias de coação, isto é o facto de a criança se encontrar sob a influência de ameaças do perpetrador (Furniss, 1993; Morrison et al., 2018). Por outro lado, algumas vítimas não revelam o abuso com o objetivo de proteger o perpetrador, uma vez que muitas vezes, as vítimas acabam por criar um vínculo com o mesmo (Morrison et al., 2018) - sendo este, especialmente relevante para abusos perpetrados por pessoas próximas da vítima, visto que a vítima não deseja penalizar o agressor (Alaggia et al., 2017; Furniss, 1993). As outras dinâmicas abrangem o receio das conseqüências associadas à revelação, por exemplo, o medo de preocupar os cuidadores e o sentimento de dúvida de qual o melhor modo de proteger os que a rodeiam (McElvaney et al., 2014) e preocupação com as reações negativas que poderão surgir - como a descreditação da vítima - e a antecipação destas mesmas reações (Alaggia et al., 2017; Furniss, 1993; Sivagurunathan et al., 2019). Sentimentos de vergonha estão, de igual modo, fortemente associados à não revelação do abuso (Furniss, 1993; Morrison et al., 2018), uma vez que muitas vezes a vítima acaba por se auto-culpabilizar pelo crime (Alaggia et al., 2017; Furniss, 1993). A falta de provas e descrença na justiça ou atuação policial é, também, uma barreira importante, decorrente da crença de que os perpetradores não serão punidos (Antunes, 2011; Furniss, 1993; London et al., 2005).

A literatura refere amplamente dinâmicas traumáticas que postulam que a experiência de abuso sexual poderá ser analisada considerando quatro dimensões - sexualização traumática, traição, impotência e estigmatização - explicativas destas dinâmicas traumáticas (Finkelhor & Browne, 1985). A sexualização traumática é a dimensão referente ao processo no qual a sexualidade da criança é modelada de uma forma inapropriada, podendo ocorrer através de diversos acontecimentos, como a repetida troca de afeto ou privilégios pelo comportamento sexual. Com este comportamento, a criança aprende a utilizar o comportamento sexual como uma estratégia para manipular outros indivíduos (Finkelhor & Browne, 1985). A segunda dimensão diz respeito à traição, uma dinâmica pela qual a vítima compreende que um indivíduo

lhe provocou algum tipo dano, sendo que o grau de traição sentido pela vítima poderá ser influenciado pela relação entre a mesma e o perpetrador (Finkelhor & Browne, 1985). A impotência, por sua vez, refere-se ao processo em que os desejos da vítima são continuamente contrariados e invalidados (Finkelhor & Browne, 1985). Finkelhor e Browne (1985) teorizam que um tipo básico de impotência sucede quando o território e o espaço corporal da criança são, frequentemente, invadidos contra a vontade da mesma, englobando todas as situações em que a criança se sinta presa, mesmo quando o perpetrador não recorra à utilização de força e/ou ameaças. Por fim, a estigmatização, refere-se às conotações negativas - como vergonha e culpa - que são transmitidas à vítima relativamente às suas experiências, que posteriormente, se integram na sua própria autoimagem. Estas conotações negativas podem ser comunicadas à vítima de diversas formas, como através da pressão para manter segredo ou através de atitudes da família ou da comunidade, podendo também surgir do conhecimento prévio do abuso sexual como sendo desviante ou um tabu (Finkelhor & Browne, 1985). As dinâmicas traumáticas distorcem as orientações cognitivas e emocionais das crianças para com o meio envolvente, corrompendo não apenas o seu autoconceito, como a sua visão do mundo, as suas capacidades afetivas e respostas emocionais. Estas distorções poderão resultar em consequências comumente observadas em vítimas de abuso sexual na infância. O contexto social dos sujeitos parece impactar, não apenas a revelação da experiência abusiva por parte da vítima, mas igualmente as consequências do abuso sexual.

Neste sentido, importa destacar o enquadramento cultural dos indivíduos como sendo relevante para a organização das suas experiências, modelando a forma como a vítima atribui significado à experiência abusiva, e conseqüentemente afetando a assimilação da experiência abusiva e o processo de recuperação das vítimas (Antunes, 2011). Deste modo, vítimas de abuso sexual na infância parecem apresentar consequências a curto e longo prazo - tanto a nível de saúde física, como a nível emocional e psicossocial (Finkelhor & Browne, 1985; Hailes et al., 2019). Indivíduos com historial de abuso sexual estão, particularmente, em maior risco de desenvolver algum tipo de perturbações psiquiátricas (Amado et al., 2015), como perturbações de humor (Blakemore et al., 2017), ansiedade (Allen et al., 2014), sono (Baptista et al., 2008; Theimer & Hansen, 2020), alimentares (Monteiro, 2018), perturbação de stress pós-traumático (Ehring et al., 2014), perturbação obsessivo-compulsiva (Blakemore et al., 2017), bem como perturbações de personalidade (Dolan & Whitworth, 2013). O abuso sexual na infância está, também, relacionado com a ideação suicida, tentativas de suicídio (Devries et al., 2014; Monteiro, 2018) e comportamentos auto-lesivos (Hailes et al., 2019; Maniglio, 2013).

Destaca-se, também, que vítimas de abuso sexual na infância descrevem, frequentemente, as suas relações conjugais na idade adulta como instáveis e não saudáveis (Fernandez et al., 2016), apresentando também maior probabilidade de manter os relacionamentos interpessoais abusivos e a dificuldade em estabelecer relações sociais (Blakemore et al., 2017). Vítimas de abuso sexual na infância, comumente, relatam sentimentos de tristeza, culpa, raiva, vergonha, medo e baixa autoestima (Antunes, 2011; Baptista et al., 2008; Theimer & Hansen, 2020).

1.3. Mitos sobre o Abuso Sexual na Infância/Adolescência

Os mitos sobre o abuso sexual na infância e adolescência são crenças e estereótipos incorretos e prejudiciais relativos ao abuso sexual, às vítimas e aos perpetradores (Cromer & Goldsmith, 2010). Collings (1997) definiu os mitos do abuso sexual na infância em torno de três fatores: (a) a difusão de culpa do perpetrador - isto é, a ideia de que outros indivíduos para lá do perpetrador poderão ser culpados, ou parcialmente culpados, pelo abuso (e.g., os pais ou a própria vítima); (b) a negação do abuso - através da minimização da gravidade do abuso sexual, com base em crenças mantidas pelos indivíduos (e.g., “Se a criança der consentimento, não se pode dizer que foi abuso.”); e, por fim, (c) a presença de um conjunto de crenças estereotípicas que restringem o abuso sexual a determinadas características, negando todas as outras situações (e.g., “Apenas as raparigas sofrem de abuso sexual na infância.”) (Collings, 1997).

Estes mitos, apesar da evidência em contrário, são comum e socialmente aceites (Jenkins, 2017). Os mitos do abuso sexual apresentam diversas repercussões como a negação e a legitimação da exploração sexual de crianças (Cromer & Goldsmith, 2010; Yapp & Quayle, 2018), o que, por sua vez, afetam negativamente, não só o processo judicial (Dinos et al., 2014) como o bem-estar da vítima (Greeson et al., 2016). Com efeito, estes mitos acabam por justificar atos de violência sexual, promovendo a culpabilização da vítima e por consequência, a minimização da culpa do perpetrador, legitimando a ocorrência do abuso (Johnson et al., 1997; Krahe et al., 2008). Korkman e colaboradores (2014) demonstraram que juizes consideravam crenças erróneas relativas ao abuso sexual na infância como sendo verdadeiras, o que, posteriormente, impactava o processo judicial e a sua análise. No entanto, não apenas profissionais do contexto legal parecem manter estes estereótipos. Diversos profissionais, como professores, demonstram aceitar estas crenças, como por exemplo os estereótipos relativos ao perpetrador e à ideia de que abuso sexual na infância envolve comportamentos agressivos, deixando evidências médicas e/ou físicas (Márquez-Flores et al., 2016; McGuire & London, 2017).

Em contexto português é escassa a literatura relativa aos mitos do abuso sexual na infância/adolescência. Porém, os estudos já realizados demonstraram que os profissionais de saúde evidenciam, de igual modo, crenças equívocas relativas ao abuso sexual na infância (Fazenda, 2010; Monteiro, 2018). Chim e colaboradores (2020), num estudo que pretendia providenciar evidências de validade e fiabilidade de uma escala de mitos do abuso sexual no contexto português, demonstraram que os participantes do sexo masculino apresentavam maiores níveis de aceitação de mitos do abuso sexual na infância, em todas as escalas avaliadas - difusão de culpa, negação do abuso e estereótipos restritivos -, em comparação com os participantes do sexo feminino. Estes dados foram suportados por Magalhães e colaboradores (2021) que demonstraram que os participantes do sexo masculino apresentavam maior probabilidade de concordar com as três dimensões dos mitos do abuso sexual na infância. Estas diferenças em função do sexo, encontradas no contexto português, são consistentes com estudos realizados em diferentes culturas (Canan et al., 2016), como por exemplo Suécia, África do Sul e Coreia do Sul como demonstrado por Collings e colaboradores (2009), que relataram que os participantes do sexo masculino apresentam um maior nível de aceitação dos mitos de abuso sexual.

Apesar da reduzida literatura, diversos autores sugerem que a aceitação dos mitos do abuso sexual na infância poderá influenciar as atribuições dos indivíduos relativamente ao abuso e aos seus envolventes (Gelles & Cornell, 1990; Moskal, 1994). Neste sentido, os estudos revelam que altos níveis de aceitação de mitos do abuso sexual estão associados a altos níveis de culpabilização da vítima e, conseqüentemente, menores níveis de atribuição de culpa ao perpetrador (Abbey et al., 1998; Collings, 1997; Grubb & Turner, 2012; Lambert & Raichle, 2000; Sleath & Bull, 2010; Workman, 1996). Da mesma forma, os indivíduos com alta aceitação dos mitos de abuso sexual são mais propensos a perceberem o abuso como menos severo (Frese et al., 2004; Krahe, 1988). Considerando que participantes do sexo masculino apresentam uma maior tendência para a aceitação destes mitos - em comparação com participantes do sexo feminino -, estes percebem a vítima como mais culpada (Canan et al., 2016; Russell & Hand, 2017), desvalorizando a experiência de vitimação sexual (Suarez & Gadalla, 2010; Van der Bruggen & Grubb, 2014).

A disseminação de mitos sobre o abuso sexual prejudica não só a identificação, mas também a prevenção desta experiência abusiva na infância/adolescência (Chim et al., 2020; Ferragut et al., 2020). Estes mitos são amplamente aceites na sociedade (Jenkins, 2017; McGee et al., 2011) e negam ou diminuem a severidade do abuso (Cromer & Goldsmith, 2010). Conseqüentemente, impedem que as vítimas recebam o apoio necessário (Theimer & Hansen,

2020), uma vez que as causas do abuso poderão ser atribuídas a fatores errôneos. Neste sentido, é importante avaliar de que forma os mitos sobre o abuso sexual afetam as atribuições dos indivíduos relativamente a situações hipotéticas de abuso sexual.

1.4. Atitudes relativas ao abuso sexual na infância em função do contexto abusivo

O abuso sexual na infância pode ocorrer em diferentes contextos. É denominado de abuso intrafamiliar - ou abuso incestuoso - todas as situações de abuso sexual que ocorrem dentro da unidade familiar (Habigzang et al., 2005; Tener et al., 2021). Estes englobam todas as situações em que o perpetrador coabita com a criança e apresente laços de parentesco, afinidade ou responsabilidade com a mesma (Guerra, 1998), mesmo que o vínculo com a vítima não seja de consanguinidade (Habigzang et al., 2005). Quando o perpetrador se encontra fora do sistema familiar, o abuso denomina-se de abuso extrafamiliar. Este pode abranger vizinhos, amigos da família, prestadores de serviços e conhecidos que participem nas rotinas da criança - como professores, *baby-sitters* ou tutores -, desconhecidos e, por fim, casos de pornografia infantil e exploração sexual comercial (Habigzang & Caminha, 2004; Koller & De Antoni, 2004).

Usualmente, o abuso sexual em contexto extrafamiliar tende a ocorrer num menor período de tempo - em comparação com os abusos ocorridos em contexto intrafamiliar -, uma vez que, em contexto intrafamiliar, a criança poderá demorar um maior período de tempo para perceber os comportamentos do perpetrador como abusivos (Sharma & Gupta, 2004). Neste contexto abusivo, dinâmicas como a dinâmica do segredo e o vínculo entre a vítima e o perpetrador são muito importantes, uma vez que comprometem a revelação do abuso, contribuindo para a sua maior duração (Tener, 2018). Estas dinâmicas apresentam-se como sendo especialmente relevantes em contexto intrafamiliar, uma vez, que quando os perpetradores são familiares, as crianças internalizam um sentido de responsabilidade maior no que respeita ao cumprimento das normas por eles impostas (Hershkowitz et al., 2007). O abuso intrafamiliar apresenta, também, consequências particularmente críticas a longo prazo e níveis mais elevados de stress na vítima, em comparação com situações em que o abuso é perpetrado por um estranho (Nelson, 2019).

No que diz respeito à prevalência, a literatura tem demonstrado que o abuso intrafamiliar é o tipo de abuso mais comum e com maior probabilidade de ocorrer múltiplas vezes (Bornstei et al., 2007; Katz et al., 2020). Ainda assim, é importante sublinhar que, mesmo em contexto extrafamiliar, a maioria dos casos de abuso sexual é perpetrado por indivíduos conhecidos da criança, sendo raras as situações em que o abusador é alguém desconhecido da vítima (APAV, 2019; Finkelhor et al., 2005). Neste sentido, os progenitores parecem ser os perpetradores dos

abusos em cerca de 25% das ocorrências, sendo que apenas entre 5 a 15% destas situações os perpetradores são desconhecidos. A restante percentagem diz, então, respeito a agressores conhecidos da vítima, mas fora do ambiente familiar (Ruggiero et al., 2000). O Conselho da Europa (2015) sugere que em cerca de 70% a 85% dos casos de abuso sexual na infância, o perpetrador é alguém conhecido da criança. Estes dados sustentaram os dados apresentados por Finkelhor e colaboradores (2005) que demonstraram que apenas quatro em cada 1 000 crianças, com idades compreendidas entre os dois e os 17 anos, foram vítimas de abuso sexual por um adulto desconhecido.

Todavia, apesar desta evidência, persiste a crença de que os perpetradores de abuso sexual na infância são indivíduos estranhos e pessoas desconhecidas da vítima (Cromer & Goldsmith, 2010), sendo estas ideias muitas vezes reforçadas pelas representações nos *media* (Serisier, 2017). Um estudo de Chen e colaboradores (2007), com pais numa comunidade escolar, revelou que 56% desta amostra concordava com a visão de *stranger danger* - conceito de “perigo estranho”, que diz respeito à ideia de que os estranhos são mais prováveis de perpetrar atos que coloquem as crianças em perigo. Wurtele e colaboradores (1992) demonstraram algumas das percepções que os pais apresentam em relação a quem poderá perpetrar este tipo de crime, sendo que os resultados demonstraram que, unicamente, 35% dos pais mencionam familiares como sendo possíveis agressores e ainda que, apenas, 22% julgaram que os progenitores poderão ser possíveis perpetradores. Do mesmo modo, Finkelhor (1984) demonstrou que os pais têm a preocupação em informar as crianças dos cuidados que devem ter com as pessoas desconhecidas, todavia apenas 20% refere os cuidados que devem ter com as pessoas que conhecem, e ainda uma menor percentagem refere que também familiares poderão cometer algum ato sexualmente inapropriado. De igual modo, um estudo realizado com perpetradores sexuais, demonstrou que estes apresentam a mesma tendência para sobrestimar a percentagem de abusos sexuais que ocorrem com perpetradores desconhecidos da vítima (Fortney et al, 2007; Levenson et al., 2007).

Neste sentido, e devido à continua externalização do “perigo estranho” como sendo a principal ameaça às crianças, mantém-se a ideia de que a família é um local seguro do perigo sexual (Chenier, 2012). Também devido à definição de família, como sendo responsável pela promoção de harmonia e relações de confiança, segurança e bem-estar (Correa et al., 2018), acredita-se que o abuso sexual intrafamiliar ocorrerá menos frequentemente. Considerando estas crenças sociais, torna-se importante compreender de que modo é que o contexto abusivo impacta as atribuições dos indivíduos relativamente ao abuso sexual, à vítima e ao perpetrador. No entanto, até a data, não existe uma extensa literatura que estude as diferenças encontradas

nas atribuições por parte dos indivíduos, relativamente ao abuso em função do contexto - intrafamiliar ou extrafamiliar (Hawkins & Teng Sze Wei, 2017).

Não obstante, a literatura existente tem demonstrado que as vítimas e os perpetradores poderão ser percecionados de forma diferente dependendo do contexto abusivo - se o perpetrador faz parte do contexto intrafamiliar ou extrafamiliar (Ayala et al., 2018; Davies et al., 2013). Um estudo de Bornstein e colaboradores (2007) verificou que quando o perpetrador era o pai da vítima, esta era considerada mais credível e o abuso como sendo mais severo e traumático, em comparação com a situação em que o perpetrador era um *baby-sitter*. O mesmo foi demonstrado por Davies e colaboradores (2013), que verificaram que a vítima de abuso sexual por parte do seu pai biológico era considerada como sendo mais credível do que quando o perpetrador era o seu padrasto, uma vez que os participantes consideraram que quando o perpetrador era o pai da vítima, estas tinham menos motivos para mentir e produzir falsas alegações. Estes resultados foram sustentados por Uhl (2014), que verificou que quando o abuso é perpetrado pelo pai da vítima, não só o abuso era considerado como sendo mais severo, como o perpetrador era percecionado como mais culpado - em comparação com ocorrências em que o perpetrador era um amigo da família ou um estranho.

Contudo, nem todos os estudos demonstram que as vítimas tendem a ser percecionadas de uma forma mais positiva e o perpetrador mais negativamente, em situações de abuso intrafamiliar. Davies e Rogers (2009) demonstraram que, apesar do abuso ser percecionado como sendo mais severo quando é perpetrado por um dos progenitores, em comparação com situações em que é perpetrado por um amigo da família, seria atribuída mais culpa ao perpetrador quando este é um estranho, do que quando é o progenitor. Este estudo demonstrou, também, que a vítima é percecionada como sendo menos honesta quando o perpetrador é o pai. Por sua vez, Adams (2007) revelou que em situações de abuso intrafamiliar - em que o perpetrador era o pai da vítima - os participantes atribuíram culpa não apenas ao agressor mas também à vítima. Perrott e Webber (1996) demonstraram, também, que, quando o abuso é perpetrado por alguém conhecido pela vítima, esta tende a ser percebida como mais culpada.

Os resultados aqui apresentados sugerem assim que outras dimensões poderão explicar estas atribuições (e.g., sexo dos participantes). Finkelhor (1984) demonstrou que profissionais de saúde do sexo masculino subestimaram a ocorrência de abuso sexual intrafamiliar (pai-filha), demonstrando-se mais cétricos em acreditar na vítima, em comparação com profissionais do sexo feminino. Também Adams e Betz (1993) demonstraram que tutores masculinos consideravam o abuso intrafamiliar como menos severo, apresentando menos efeitos negativos a longo prazo e considerando a vítima como sendo menos credível, em comparação com tutoras

do sexo feminino. Davies e Rogers (2009) evidenciaram também diferenças de sexo, sendo que quando o perpetrador do abuso era um amigo da família, os participantes do sexo masculino consideravam a alegada vítima como mais credível, em comparação às situações em que o perpetrador era o pai da vítima. O mesmo estudo demonstrou que estas atribuições de credibilidade variam para as mulheres, sendo que as mesmas consideraram as alegadas vítimas mais credíveis quando o perpetrador era o pai, em comparação às situações em que o perpetrador era um amigo. Em suma, estes resultados demonstraram que as atribuições de credibilidade dos homens tendem a aumentar quando a relação entre a vítima e o perpetrador é mais distante, sendo que se observa o oposto para as mulheres.

1.5. Atitudes relativas ao abuso sexual na infância em função do estado emocional da criança

A literatura tem demonstrado que a expressão emocional da vítima desempenha um papel muito relevante no que se refere às percepções e atribuições realizadas por outrem (Campbell et al., 2015; Lievore, 2004), isto é, as emoções expressas pela vítima aparentam ter impacto na forma como a mesma é percebida (van Doorn & Koster, 2019). Em contextos de abuso sexual de adultos, o comportamento emocional durante o depoimento apresenta impacto na sua credibilidade percebida (Kaufmann et al., 2003; Magnussen & Wessel, 2010), sendo que esta, por sua vez, vai ter um papel importante no resultado do processo judicial (Castelli & Goodman, 2014). Especificamente, a literatura sugere que os indivíduos apresentam expectativas de que as vítimas apresentem um comportamento emocional desorganizado face à experiência de vitimação (van Doorn & Koster, 2019), apresentando a crença generalizada de que estas vítimas ao revelarem a sua experiência de abuso sexual tendem a demonstrar emoções negativas (Bederian-Gardner & Goldfarb, 2014). Esta ideia parece ser, de igual modo, verdade para contextos de abuso sexual na infância (Golding et al., 2003; Katz et al., 2016). O processo de revelação de uma experiência de abuso sexual na infância é complexo, como referido anteriormente. É um crime muitas vezes difícil de investigar, uma vez que nem sempre apresenta evidências físicas/médicas, e, frequentemente, a única evidência presente é a revelação da alegada vítima (Devine et al., 2009; Malloy et al., 2011). Neste sentido, pode considerar-se a revelação e o testemunho da criança em questão como sendo fundamental.

Depreende-se, então, que o comportamento emocional da criança se apresenta como sendo um indicador na percepção quer da credibilidade, quer da honestidade da alegada vítima (King et al., 1988; Myers et al., 1999; Regan & Baker, 1998). Ou seja, crianças que choram ou apresentam um comportamento percebido como de maior desorganização emocional durante a

revelação do abuso sexual são consideradas como mais credíveis e honestas, em comparação com uma criança que se mantém calma ou apresente um comportamento neutro, uma vez que persiste a ideia de que uma criança, ao revelar a sua experiência de abuso, irá exteriorizar emoções negativas (Bederian-Gardner & Goldgarb, 2014; Myers et al., 1999). Diversos estudos indicam que vítimas que exibem emoções negativas fortes, quando partilham a sua experiência de vitimação, são percebidas como sendo mais credíveis em comparação com vítimas que não demonstram emoções fortes ou que revelam emoções positivas (Wrede & Ask, 2015). Regan e Baker (1998) demonstraram que, ao lerem descrições de sessões de tribunais em que as crianças descreviam o seu abuso, os participantes consideraram que as crianças descritas como estando a chorar durante o testemunho, eram mais credíveis, honestas e confiáveis, em comparação com crianças que aparentavam estar calmas. Este resultado foi posteriormente corroborado por Devine e colaboradores (2009). Todavia, um estudo de Cooper e colaboradores (2014) demonstrou que, apesar de as crianças serem percebidas como mais credíveis quando exibiam emoções negativas, quando a mesma se apresenta a chorar compulsivamente a credibilidade percebida tendia a diminuir. Este estudo acrescentou que quando a vítima apresentava um comportamento emocional negativo, o perpetrador era considerado como menos credível (Cooper et al., 2014). Importa referir que estas crenças - tal como se verificou para o contexto com adultos - poderão afetar, prejudicialmente, os julgamentos e o resultado do processo judicial das crianças (van Doorn & Koster, 2019), uma vez que quando a resposta emocional da criança não corresponde a esta visão estereotipada, a sua credibilidade poderá ser colocada em causa (Myers, et al., 1999; Wessel et al., 2016).

Esta noção não é apenas acreditada por leigos, mas também por profissionais, como agentes policiais e juízes (Leander et al., 2007; McCauliff & Kovera, 2012; van Doorn & Koster, 2019), que expectavam que as crianças demonstrassem emoções fortes negativas, como tristeza ou ansiedade, ao revelar o abuso (Myers et al., 1999; Regan & Baker, 1998), sendo que os polícias esperam que uma vítima de abuso sexual expresse pânico e medo, demonstrando-se traumatizada e abalada (Venema, 2016). Similarmente, Ask (2010) demonstrou que polícias consideram que a expressão não verbal e emocional das vítimas de crimes está relacionada com os níveis de credibilidade da vítima - isto é, se a vítima se comportar de uma forma emocionalmente agitada é mais provável ser considerada como sendo credível, em comparação com uma vítima que se comporta de forma neutra. A literatura tem demonstrado que, em contextos legais, o comportamento das crianças poderá influenciar mais as perceções dos observadores, do que o próprio conteúdo das suas declarações (Golding et al., 2003; Wessel et al., 2013). Do mesmo modo, profissionais da área do direito e da proteção de crianças

demonstram perceber as crianças altamente emocionais, na sua revelação como sendo mais honestas (Castelli & Goodman, 2014), uma vez que julgam que a revelação poderá ser considerada como mais verdadeira ou falsa, utilizando como base o nível emocional da criança quando a mesma descreve o seu abuso (Cooper et al., 2014). O mesmo foi demonstrado num estudo realizado com estudantes da área de direito, tendo este demonstrado que o comportamento emocional da alegada vítima apresentou consequências nas percepções de credibilidade da mesma, isto é, uma vítima que apresentava um comportamento emocional visível era considerada como mais credível do que uma que apresentava um comportamento neutro (Landström et al., 2015). Um estudo de McCauliff e Kovera (2012) demonstrou que os jurados, nos Estados Unidos da América, apresentam expectativas específicas para o comportamento emocional de uma criança a prestar depoimento. Especificamente, os jurados revelaram que esperavam que as crianças se apresentassem como estando mais nervosas, chorosas, inquietas e menos confiantes e cooperativas, esperando, também, que a criança mantivesse menos contacto ocular, fosse menos fluente e fornecesse respostas mais curtas (McCauliff & Kovera, 2012). Estes resultados suportaram evidência prévia de Ellison e Munro (2009), que sugeria que os jurados esperavam que as alegadas vítimas demonstrassem emoções mais visíveis, demonstrando-se *“impressionados, e até certo ponto perplexos pela sua aparência ‘muito, muito calma’, ‘extremamente calma’ ou ‘não emocional’”* (p. 211).

Pode constatar-se que as atribuições realizadas, relativamente à credibilidade e honestidade da criança, decorrem de estereótipos sociais relativamente à expressão de emoções que são consideradas apropriadas a determinadas situações - como a forma que as vítimas de determinados crimes se devem comportar (Ask & Landström, 2010; Ellison & Munro, 2009; Klippenstein & Schuller, 2012; Wessel et al., 2012). Van Doorn e Koster (2019) referem que, devido às crianças apresentarem mais frequentemente emoções e comportamentos de choro, comparativamente aos adultos, era esperado que estes estivessem mais presentes em crianças vítimas de abuso. Ainda assim, sabe-se que as emoções positivas poderão apresentar um valor adaptativo nestes contextos (Bonanno, 2004; Moskowitz et al., 2003). A expressão emocional positiva é, geralmente, associada a um melhor ajustamento social (Bonanno et al., 2007), sendo considerado um fator de resiliência em contexto de experiências potencialmente traumáticas (Bonanno, 2004). A expressão de emoções positivas contribui não só para o desenvolvimento de características de personalidade resilientes (Bonanno, 2004), mas também para a redução de sentimentos de angústia, ampliando a construção de recursos cognitivos e sociais (Fredrickson, 1998). Porém, a literatura tem demonstrado que a expressão dessas mesmas emoções durante a revelação de vítimas de abuso sexual é, muitas vezes, interpretada como um comportamento

estranho, ou até mesmo como apresentando menores níveis de honestidade (Bonanno et al., 2007).

Com efeito, as emoções mais comumente associadas ao abuso sexual são a culpa, vergonha, nojo, tristeza, medo e raiva (Bennet et al, 2005; Feiring & Taska, 2005; Sayfan et al., 2008). No entanto, sabe-se que estas poderão não ser expressas durante a revelação, uma vez que as crianças podem demonstrar um largo espectro de emoções, podendo variar entre confusão, raiva, vergonha, tristeza, emoções positivas ou nenhuma resposta emocional visível (Amstadter & Vernon, 2008; Sayfan et al., 2008; van Doorn & Koster, 2019; Wessel et al., 2016). A literatura sugere que, ao relatar qualquer tipo de maus-tratos, as crianças poderão demonstrar expressões neutras (Goodman et al., 1992; Sayfan et al., 2008), emoções negativas (Bonanno et al., 2004) ou emoções positivas (Katz et al., 2016). Apesar de na sua generalidade os estudos demonstrarem que a maioria das crianças expressa emoções negativas a descrever o abuso sexual, existe uma percentagem que não demonstra qualquer tipo de emoção (e.g., 35%; Goodman et al., 1992). Com efeito, estudos mais recentes, demonstraram que em casos de abuso sexual existe uma maior probabilidade de, ao revelarem o seu abuso, as crianças se apresentarem de uma forma neutra e não emocional do que apresentando vergonha, tristeza ou raiva (Castelli & Goodman, 2014; Katz et al., 2016; Sayfan et al., 2008).

1.6. Objetivo e hipóteses de investigação

A partir da presente revisão de literatura e os estudos previamente descritos, verificamos que a investigação sobre os fatores que influenciam as atribuições face ao abuso, à vítima e ao perpetrador carece de maior investimento, atendendo à inconsistência dos resultados obtidos (Adams, 2007; Bornstein et al., 2007; Cooper et al, 2014; Davies et al, 2013; Davies & Rogers, 2009; Katz et al., 2016; Perrott & Webber, 1996; Regan & Baker, 1998; Sayfan et al., 2008; van Doorn & Koster, 2019). Com efeito, a investigação referente às atribuições de acordo com o contexto abusivo demonstra-se inconsistente, uma vez que diversos estudos sugerem que perceções mais positivas emergem quando o abuso ocorre em contexto intrafamiliar (Bornstein et al., 2007; Uhl, 2014), porém, diferentes estudos apresentam resultados divergentes, apresentando atribuições mais negativas neste contexto abusivo (Adams & Betz, 1993; Davies & Rogers, 2009; Finkelhor, 1984). De igual modo, verifica-se uma necessidade de maior investimento na investigação relativa ao estado emocional da vítima, uma vez que a literatura demonstra que estas poderão ser percecionadas de um modo mais positivo quando apresentam uma maior desorganização emocional (Bederian-Gardner & Goldgarb, 2014; Myers et al., 1999), no entanto podendo também ser percecionadas mais negativamente caso apresentem

uma resposta emocional intensa (e.g., choro compulsivo; Cooper et al., 2014; Regan & Baker, 1998). O estudo destas variáveis torna-se ainda mais relevante considerando, não só a importância dos mitos do abuso sexual nas atribuições realizadas pelos indivíduos (Abbey et al., 1998; Collings, 1997; Grubb & Turner, 2012; Lambert & Raichle, 2000; Sleath & Bull, 2010; Workman, 1996), e as consequências que estes apresentam para as vítimas (Cromer & Goldsmith, 2010; Greeson et al., 2016; Yapp & Quayle, 2018), mas também a escassez da literatura relativa aos mitos do abuso sexual na infância/adolescência, principalmente no contexto português. Desta forma, o presente estudo visa analisar de que modo o contexto abusivo e o estado emocional da criança influenciam as atribuições face a um cenário hipotético de abuso sexual na infância, assim como explorar o papel moderador dos mitos do abuso sexual.

Com base na revisão de literatura previamente descrita, são apresentadas as seguintes hipóteses: a) Atribuições mais positivas (i.e., maior atribuição de credibilidade e honestidade à vítima, menor culpabilização da vítima, maior culpabilização do agressor, e maior atribuição de severidade ao abuso) tendem a emergir em contextos de abuso sexual extrafamiliar e em que as vítimas manifestam emocionalidade negativa; b) Atribuições mais negativas (i.e., menor atribuição de credibilidade e honestidade à vítima, maior culpabilização da vítima, menor culpabilização do agressor, e menor atribuição de severidade ao abuso) tendem a emergir em contextos de abuso sexual intrafamiliar e em que as vítimas manifestam ausência de emocionalidade negativa; c) As associações descritas tenderão a ser particularmente evidentes para os participantes que apresentam níveis mais elevados de mitos do abuso sexual.

CAPÍTULO 2

Método

2.1. Participantes

O presente estudo apresentava como critérios de inclusão para a participação ser adulto, isto é, ter idade igual ou superior a 18 anos e compreender a língua portuguesa. Acederam ao presente estudo 512 adultos, no entanto, apenas 322 apresentaram respostas consideradas válidas. Considerando a amostra de 322 participantes, a maioria é do sexo feminino (84.2%) e de nacionalidade portuguesa (97.8%). A idade dos participantes varia entre os 18 e os 70 anos de idade ($M = 28.88$; $DP = 11.38$). Relativamente ao estado civil, 78.9% dos participantes é solteiro e 18.0% é casado, sendo que apenas 2.8% é divorciado, e 0.3% é viúvo. No que diz respeito ao último grau académico concluído, 42.5% dos participantes apresenta como último grau concluído o 1º ciclo do ensino superior ($n = 137$), 32.3% o ensino secundário ($n = 104$), 21.4% o 2º ciclo do ensino superior ($n = 69$), 2.2% reportou ter concluído o 3º ciclo do ensino básico ($n = 7$), e 0.3% apresenta o 3º ciclo do ensino superior ($n = 1$). Relativamente à situação profissional, 47.2% da presente amostra encontra-se empregada ($n = 152$), 45.0% são estudantes ($n = 145$), 5.3% encontra-se desempregada ($n = 17$), 1.6% está numa outra situação profissional ($n = 5$) e por fim, 0.9% encontra-se atualmente reformada ($n = 3$).

2.2. Materiais

2.2.1. *Questionário sociodemográfico*

O questionário sociodemográfico integra informação individual e demográfica dos participantes, designadamente a idade, o sexo, a nacionalidade, o estado civil, a situação profissional e o último grau académico concluído.

2.2.2. *Escala de mitos sobre abuso sexual de crianças*

A presente escala tem como objetivo medir os mitos em relação ao abuso sexual de crianças. Esta escala de Collings (1997), adaptada por Chim e colaboradores (2020) para o contexto português, é constituída por 14 itens, respondidos numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos (1 = Discordo Fortemente a 5 = Concordo Fortemente). Os 14 itens estão organizados em três dimensões - Difusão de Culpa (e.g., $\alpha = .81$; “*Crianças que se comportam de forma sedutora devem ser vistas como parcialmente culpadas se um adulto lhes responde de forma sexualizada.*”), Negação do Abuso (e.g., $\alpha = .64$; “*O contacto sexual entre um adulto e uma criança, que a criança deseja e no qual sente prazer, não pode ser verdadeiramente descrito como sendo 'abusivo'.*”) e Estereótipos Restritivos (e.g., $\alpha = .73$; “*A maior parte das crianças*

é abusada sexualmente por estranhos ou por homens que a criança não conhece bem.”). Foi ainda obtido um valor de consistência interna muito bom ($\alpha = .86$) na dimensão global de mitos (Chim et al., 2020). No presente estudo, foram obtidos valores de consistência interna adequados para a dimensão global ($\alpha = .80$), e aceitáveis para as três dimensões: Difusão de Culpa ($\alpha = .67$), Negação do Abuso ($\alpha = .57$) e Estereótipos Restritivos ($\alpha = .63$). Contudo, foi obtido um valor de correlação inter-item adequado: Difusão de Culpa ($\rho = .28$), Negação do Abuso ($\rho = .28$) e Estereótipos Restritivos ($\rho = .26$).

2.2.3. Vinhetas de caso hipotético de abuso sexual

Os participantes foram expostos a um caso hipotético de abuso sexual de uma criança, com sete anos de idade. No presente estudo, o contexto do abuso (intrafamiliar *versus* extrafamiliar) e a reação emocional (calmamente *versus* chorar compulsivamente) foram manipulados, experimentalmente, resultando num total de quatro cenários/vinhetas (Anexo A). A cada participante foi apresentado aleatoriamente apenas um cenário, sendo que a título de exemplo, apresenta-se a seguinte vinheta: *“Maria tem 7 anos, é filha de pais divorciados, mora com a mãe, e visita o pai ao fim-de-semana. Num desses fins de semana, numa noite de sábado, o pai estava a ver TV na sala com os amigos, enquanto Maria dormia. Ao voltar para casa da mãe no domingo, Maria parecia algo distante. Quando a mãe a questionou sobre se se passava algo errado, Maria refere calmamente que um amigo do pai tinha entrado no seu quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dele.”*

2.2.4. Questionário de atribuições face ao abuso sexual de crianças

Este instrumento, adaptado por Davies e Rogers (2009), é preenchido pelos participantes após a leitura da vinheta e é composto por 10 itens respondidos numa escala tipo *Likert* de 7 pontos (1 = Discordo completamente a 7 = Concordo completamente). O presente questionário permite avaliar cinco dimensões: Severidade do Abuso ($\alpha = .80$; e.g. *“A Maria poderá ficar traumatizada depois do que aconteceu.”*), Honestidade da Vítima ($\alpha = .69$; e.g. *“A Maria é competente para providenciar informação fidedigna sobre este tipo de acontecimento.”*), Culpabilidade do Perpetrador ($\alpha = .81$; e.g. *“O amigo do pai é responsável por este acontecimento.”*), Culpabilidade da Vítima ($\alpha = .57$; e.g. *“A Maria é culpada pelo que aconteceu.”*) e Credibilidade da Vítima ($\alpha = .78$; e.g. *“A Maria é competente para providenciar informação fidedigna sobre este tipo de acontecimento.”*). No presente estudo foram, igualmente, obtidos valores de consistência interna aceitáveis para todas as dimensões, exceto para a dimensão de Culpabilidade da Vítima. Não obstante, foi obtido um valor de correlação

inter-item adequado: Severidade do Abuso ($\alpha = .73$; $\rho = .59$), Honestidade da Vítima ($\alpha = .80$; $\rho = .68$), Culpabilidade do Perpetrador ($\alpha = .75$; $\rho = .61$), Culpabilidade da Vítima ($\alpha = .38$; $\rho = .35$) e Credibilidade da Vítima ($\alpha = .69$; $\rho = .53$).

2.3. Procedimentos de recolha e análise de dados

O presente estudo faz parte de um projeto de investigação mais amplo, aprovado pela Comissão de Ética do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que pretende estudar o papel das variáveis individuais e psicossociais nos estereótipos e crenças relativamente ao abuso sexual de crianças (Magalhães et al., 2021). Neste sentido, a recolha de dados foi realizada através da plataforma *Qualtrics*, através da partilha do questionário nas redes sociais, sendo que a participação era voluntária, não apresentando qualquer compensação financeira e/ou material. Inicialmente, os participantes providenciaram o seu consentimento informado, depois de apresentadas as informações sobre o estudo e dos potenciais riscos associados ao preenchimento dos questionários; o carácter voluntário da participação, a garantia de anonimato e confidencialidade; e por fim, a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem a necessidade de apresentar qualquer tipo de justificação.

No presente estudo foi utilizado um desenho 2 (contexto do abuso) x 2 (reação emocional na revelação). Após concederem o consentimento informado, os participantes preencheram o questionário sociodemográfico e a escala de mitos sobre abuso sexual, sendo de seguida apresentada, aleatoriamente, uma das quatro vinhetas. Depois de expostos a um dos cenários, os participantes preencheram o questionário de atribuições face ao abuso sexual de crianças. Finalmente, foram utilizadas duas questões para verificar se a manipulação foi bem-sucedida (i.e., *manipulation check*): 1. “Na descrição que foi apresentada, ao responder à mãe, a criança:”, apresentando diferentes opções de resposta - “Manteve-se calma.”, “Chorou compulsivamente.” e “Não sei/ Não me lembro.”; 2. “Na descrição que foi apresentada, ao responder à mãe, a criança:” e como opções “Refere que o pai entrou no seu quarto.”, “Refere que um amigo do pai entrou no seu quarto.”, e “Não sei/ Não me lembro.”. Foram apenas seleccionados os 322 participantes que apresentavam respostas consideradas válidas no *manipulation check*.

A análise de dados foi realizada utilizando como recurso o programa IBM® SPSS® Statistics 25. Este processo iniciou-se através da realização das análises descritivas das características sociodemográficas dos participantes no presente estudo. Posteriormente, procedeu-se à constituição de dois grupos de participantes relativamente à dimensão dos mitos sobre o abuso, utilizando o ponto de corte do percentil 70: participantes com níveis elevados de

mitos versus participantes com níveis médios/baixos de mitos. De seguida, foi realizada uma análise de correlações (*Pearson*) entre as variáveis em estudo. Tendo em conta as diferenças de sexo existentes e descritas anteriormente (Chim et al., 2020; Collings et al., 2009; Magalhães et al., 2021), realizou-se uma análise multivariada de covariâncias, controlando para o efeito do sexo (MANCOVA), de modo a testar o papel do contexto do abuso (extrafamiliar vs. intrafamiliar) e da reação emocional da vítima durante a revelação (calmamente vs. chorar compulsivamente) nas atribuições dos participantes face ao abuso sexual, vítima e perpetrador, assim como o papel moderador dos mitos do abuso sexual.

CAPÍTULO 3

Resultados

3.1. Estatística descritiva

A análise de correlações revelou associações negativas e significativas entre a dimensão global de mitos sobre abuso sexual e a severidade do abuso, honestidade da vítima, credibilidade da vítima e culpabilidade do perpetrador, e positivas com a culpabilidade da vítima. Este padrão de resultados manteve-se para as sub-dimensões dos mitos, exceto na associação entre a dimensão de estereótipos restritivos e a honestidade da vítima e culpabilidade do perpetrador, cujas correlações não se verificaram estatisticamente significativas.

Foram também encontradas associações positivas e significativas entre as dimensões de severidade do abuso, honestidade da vítima, credibilidade da vítima e culpabilidade do perpetrador, e negativas e significativas entre a culpabilidade da vítima e a severidade do abuso, honestidade da vítima, credibilidade da vítima, e culpabilidade do perpetrador (Quadro 3.1).

Quadro 3.1

Associação entre as Variáveis em Estudo

	<i>M</i>	<i>DP</i>	1	2	3	4	5	6	7	8
1. Severidade do Abuso	6.68	.61	1							
2. Culpabilidade da Vítima	1.24	.65	-.44**	1						
3. Honestidade da Vítima	5.64	1.23	.45**	-.30**	1					
4. Culpabilidade do Perpetrador	6.65	.73	.46**	-.46**	.48**	1				
5. Credibilidade da Vítima	5.55	1.13	.29**	-.29**	.43**	.32**	1			
6. Difusão de Culpa	1.26	.39	-.37**	.37**	-.25**	-.24**	-.30**	1		
7. Negação do Abuso	1.68	.67	-.32**	.28**	-.17**	-.15**	-.25**	.59**	1	
8. Estereótipos Restritivos	1.79	.57	-.17**	.19**	-.11	-.10	-.31**	.58**	.49**	1
9. Mitos do Abuso Sexual (global)	1.56	.44	-.32**	.30**	-.20**	-.19**	-.34**	.83**	.83**	.85**

Nota: ** $p < .01$

No que se refere às diferenças de médias nas variáveis em estudo em função do sexo dos participantes, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na dimensão global dos Mitos do Abuso Sexual e na subdimensão da Difusão da Culpa, sendo que os participantes do sexo masculino apresentam níveis mais elevados em ambas as dimensões (Quadro 3.2).

Quadro 3.2

Diferenças de médias nas variáveis em análise em função do sexo dos participantes

	Feminino (n = 271) <i>M(SD)</i>	Masculino (n = 51) <i>M(SD)</i>	<i>t(p-value)</i>	<i>Cohen d</i>
Severidade do Abuso	6.69 (.62)	6.64 (.58)	.53 (.60)	.08
Culpabilidade da Vítima	1.22 (.63)	1.32 (.76)	-1.05 (.30)	.14
Honestidade da Vítima	5.65 (1.23)	5.56 (1.20)	.50 (.62)	.07
Culpabilidade do Perpetrador	6.65 (.76)	6.64 (.55)	.09 (.93)	.02
Credibilidade da Vítima	5.59(1.12)	5.34 (1.19)	1.46 (.15)	.22
Difusão de Culpa	1.23 (.34)	1.40 (.54)	-3.03 (.003)	.38
Negação do Abuso	1.66 (.64)	1.77 (.77)	-1.11 (.27)	.16
Estereótipos Restritivos	1.77 (.55)	1.88 (.67)	-1.28 (.20)	.19
Mitos do Abuso Sexual (global)	1.54 (.41)	1.68 (.57)	-2.07 (.04)	.28

N = 322

3.2. Atribuições face ao abuso sexual em função do contexto do abuso e da reação emocional: o papel moderador dos mitos do abuso sexual

No sentido de compreender se as atribuições dos participantes face ao abuso sexual variam em função do contexto do abuso (extrafamiliar vs. intrafamiliar) e da reação emocional da vítima durante a revelação (calmamente vs. chorar compulsivamente), tal como se os mitos do abuso sexual moderam esta relação, realizou-se uma análise multivariada de covariâncias, controlando para o efeito do sexo (MANCOVA). Foram testadas quatro MANCOVA, uma para a dimensão global dos mitos, e uma por cada subdimensão. Não foram observados efeitos de moderação estatisticamente significativos em nenhuma das quatro análises MANCOVA: Dimensão global dos Mitos (Pillai's Trace = .067, $F(15, 918) = 1.392$, $p = .143$), Difusão da Culpa (Pillai's Trace = .054, $F(15, 927) = 1.131$, $p = .323$), Negação do Abuso (Pillai's Trace = .044, $F(15, 921) = .911$, $p = .551$) e Estereótipos Restritivos (Pillai's Trace = .044, $F(15, 930) = .927$, $p = .533$).

No que diz respeito aos efeitos da manipulação realizada, foram encontrados efeitos principais apenas no modelo em que foi considerada a dimensão global dos mitos (Modelo 1; Pillai's Trace = .081, $F(15,918) = 1.705$, $p = .045$) e a dimensão de Difusão da Culpa (Modelo 2; Pillai's Trace = .081, $F(15,927) = 1.713$, $p = .043$). Em ambos os modelos, as subsequentes análises univariadas revelaram um efeito estatisticamente significativo da manipulação na dimensão da honestidade da vítima (Modelo1: $F(3,316) = 2.565$, $p = .055$; Modelo 2: $F(3,319) = 2.360$, $p = .071$). As comparações post-hoc (*Tukey HSD*) revelaram diferenças estatisticamente significativas apenas entre o contexto intra e extrafamiliar, cuja reação da criança é emocionalmente ativada (i.e., choro compulsivo) ($p = .09$; $p = .08$, respetivamente). Especificamente, os participantes reportaram níveis mais elevados de honestidade da vítima num contexto de abuso extrafamiliar com reação de choro ($M = 5.88$) comparativamente ao contexto de abuso intrafamiliar com reação de choro ($M = 5.44$) (Quadro 3.3).

Quadro 3.3.*Média e Desvio Padrão das Atribuições Face ao Abuso Sexual em Função da Vinheta*

	Vinheta	<i>M</i>	<i>DP</i>
Severidade do abuso	Extra-Familiar Calma	6.73	.52
	Extra-Familiar Choro	6.73	.54
	Intra-Familiar Calma	6.69	.56
	Intra-Familiar Choro	6.59	.77
Culpabilidade da Vítima	Extra-Familiar Calma	1.29	.80
	Extra-Familiar Choro	1.18	.58
	Intra-Familiar Calma	1.18	.54
	Intra-Familiar Choro	1.27	.63
Honestidade da Vítima	Extra-Familiar Calma	5.51	1.23
	Extra-Familiar Choro	5.88	1.22
	Intra-Familiar Calma	5.63	1.23
	Intra-Familiar Choro	5.44	1.24
Culpabilidade do Perpetrador	Extra-Familiar Calma	6.71	.62
	Extra-Familiar Choro	6.68	.65
	Intra-Familiar Calma	6.71	.65
	Intra-Familiar Choro	6.48	.95
Credibilidade da Vítima	Extra-Familiar Calma	5.53	1.08
	Extra-Familiar Choro	5.63	1.02
	Intra-Familiar Calma	5.75	1.15
	Intra-Familiar Choro	5.33	1.23

CAPÍTULO 4

Discussão

O abuso sexual na infância é uma problemática mundial que afeta cerca de 18% das raparigas e 8% dos rapazes (OMS, 2017). Ainda assim, continuam a existir mitos sobre o abuso sexual que validam socialmente estes atos de violência sexual (Cromer & Goldsmith, 2010). Neste sentido, a presente dissertação apresentava como principal objetivo explorar de que modo o contexto abusivo e o estado emocional da criança durante a revelação impactam as atribuições dos indivíduos - mais especificamente, em relação à credibilidade e honestidade da vítima, culpabilidade da vítima e do agressor e severidade do abuso. Além disso, pretendíamos analisar o papel moderador dos mitos do abuso sexual.

No que diz respeito aos resultados de associação entre as variáveis em estudo, foi possível verificar que os mitos do abuso sexual estão associados às atribuições relativas ao abuso sexual na direção teoricamente esperada, sustentando a literatura previamente descrita (Canan et al., 2016; Gelles & Cornell, 1990; Grubb & Turner, 2012; Moskal, 1994; Russell & Hand, 2017). Especificamente, participantes que apresentavam níveis mais elevados de mitos do abuso sexual apresentaram também uma maior tendência para considerar o abuso como menos severo (Cromer & Goldsmith, 2010; Frese et al., 2004; Krahe, 1988), a vítima como sendo menos credível e menos honesta, atribuindo maiores níveis de culpabilização à vítima e menores ao perpetrador (Collings, 1997). Observou-se, de igual modo, uma diferença relativa ao sexo dos participantes, tendo os participantes do sexo masculino apresentado maiores níveis de aceitação de mitos do abuso sexual na infância. Este resultado corrobora a literatura previamente realizada, tanto em contexto português (Chim et al., 2020; Magalhães et al., 2021), como internacionalmente (Canan et al., 2016; Collings et al., 2009). Estas diferenças verificaram-se na escala global dos mitos e na subdimensão referente à difusão de culpa, suportando a literatura que demonstra que participantes do sexo masculino tendem a atribuir mais responsabilidade e culpa pelo abuso a outros elementos para além do perpetrador, nomeadamente, à própria vítima, em comparação com participantes do sexo feminino (Canan et al., 2016; Russel & Hand, 2017).

Atendendo a estes resultados e à literatura anteriormente referida, as análises de variância foram realizadas controlando para o efeito do sexo. Assim, no que diz respeito ao efeito da manipulação do contexto abusivo e da reação emocional, os resultados revelaram que a vítima foi percebida como mais honesta quando a descrição corresponde à crença estereotípica, isto é, quando o contexto do abuso é extrafamiliar com reação de choro. A literatura relativa às atribuições dos indivíduos considerando o contexto do abuso revela-se relativamente inconsistente (Adams, 2007; Davies & Rogers, 2009; Davies et al., 2013; Uhl, 2014). Neste

sentido, o presente resultado contraria estudos prévios que verificaram que a vítima tende a ser percebida de uma forma mais positiva (Bornstein et al., 2007; Uhl, 2014), sendo considerada como mais honesta no contexto de abuso intrafamiliar, por considerarem que ao existir uma relação de proximidade entre a vítima e o perpetrador não haveria razão para que esta pudesse prestar falsas alegações relativas a alguém próximo/familiar (Davies et al., 2013). Contudo, este resultado corrobora as evidências que demonstram atribuições mais negativas à vítima (Perrott & Webber, 1996), destacando-se o estudo de Davies e Rogers (2009), que revelou que maior honestidade tende a ser atribuída à vítima quando o perpetrador se encontra fora do contexto familiar - isto é, em situação de abuso extrafamiliar.

Atualmente, a conceptualização do seio familiar é cada vez menos diretamente relacionada com laços de consanguinidade ou matrimoniais, mas sim, com conceitos de confiança, estabilidade e suporte (Delgado, 2013). Deste modo, este resultado pode ser compreendido à luz das representações sociais da família como um local pautado por harmonia e lealdade (Muncie & McLaughlin, 1996), tendo como base relações de afeto e segurança (Alexandre, 2017). Estas representações sociais envolvem também expectativas para as funções da família, como a prestação de cuidados e proteção, principalmente para com os membros em fase de desenvolvimento - isto é, crianças e jovens (Cavini, 2012; Vinuto, 2013). A família é assim descrita como um contexto que deverá proporcionar uma estrutura familiar de qualidade, que envolva o equilíbrio de afetos e responsabilidades (Barreto & Rabelo, 2015). Neste sentido, poderá postular-se que os participantes, no nosso estudo, ao considerarem a família como um local seguro e promotor de bem-estar (Correa et al., 2018), terão maiores dificuldades em acreditar na ocorrência de uma experiência abusiva em contexto intrafamiliar, visto que este não se enquadra na conceção que os mesmos apresentam de família. Além disso, quando da ocorrência de acontecimentos inesperados, tendem a ser despertadas emoções negativas como ansiedade e culpa nos indivíduos, ativando, conseqüentemente, mecanismos de defesa como a negação (Meier, 2021). Deste modo, e uma vez que o cenário em questão - situação de abuso intrafamiliar - não vai ao encontro do que é esperado pelos participantes, estes poderão apresentar uma tendência para minimizar e/ou negar este evento (Meier, 2021), neste caso, através de uma representação da vítima como menos honesta. Este resultado pode, de igual modo, ser compreendido à luz das representações sociais no que concerne às interações de natureza sexual entre familiares que, conseqüentemente, tende a gerar atribuições mais negativas em casos de abuso sexual intrafamiliar (Eisenberg et al., 1987; Giles-Sims & Finkelhor, 1984). Uma vez que a ideia destas interações sexuais na família é percebida socialmente como sendo reprovável (Antfolk et al., 2012), a menor honestidade atribuída à

vítima no contexto do abuso sexual pode sugerir uma tentativa por parte dos participantes em preservar a sua conceptualização de família (Bollnow, 1967).

Ademais, é importante analisar os presentes resultados considerando o papel dos *media* no desenvolvimento das percepções dos indivíduos relativamente à temática, uma vez que estes facilitam a compreensão social do abuso na infância (McDevitt, 1996). A literatura enfatiza a importância da cobertura dos *media* não apenas para a consciencialização do abuso sexual na infância, mas também para o papel que os mesmos apresentam na definição do que é considerado como normativo ou desviante na sociedade (Carson et al., 2014). Considerando que os *media* disseminam o mito do *stranger danger*, perpetuam também os estereótipos dos perpetradores destes crimes, como sendo estranhos e desconhecidos (Calkins et al., 2015), é possível que os participantes possam manter crenças e estereótipos desta natureza, considerando o abuso intrafamiliar como sendo mais desviante, e por consequente colocando em causa a honestidade da vítima.

Porém, como referido, estas diferenças significativas entre o contexto abusivo apenas se verificaram quando a reação emocional por parte da vítima foi de choro. Assim, quando a experiência abusiva ocorre no contexto abusivo extrafamiliar, o facto de as crianças chorarem ou apresentarem um comportamento percebido como de maior desorganização emocional tendem a ser percecionadas de uma forma mais positiva (Bederian-Gardner & Goldfarb, 2014; Devine et al., 2009; Wrede & Ask, 2015), sendo-lhes atribuídos maiores níveis de honestidade (King et al., 1988; Myers et al., 1999; Regan & Baker, 1998). De facto, a literatura demonstra a existência de expectativas sociais relativas ao comportamento emocional das vítimas durante a revelação do abuso sexual e a crença de que ao revelarem a sua experiência abusiva, as crianças apresentam emoções fortes negativas (Bederian-Gardner & Goldfarb, 2014; Ellison & Munro, 2009; McCauliff & Kovera, 2012). Estas expectativas baseiam-se nos estereótipos sociais referentes à expressão de emoções consideradas como mais apropriadas a determinadas situações (Ask & Landström, 2010; Ellison & Munro, 2009; Klippenstein & Schuller, 2012; Wessel et al., 2012), sendo que van Doorn e Koster (2019) destaca o facto de as crianças apresentarem mais frequentemente emoções negativas e comportamentos de choro, sendo assim esperado que este mesmo comportamento estivesse presente em crianças vítimas de abuso.

Em suma, os resultados sugerem que maiores níveis de honestidade tendem a ser atribuídos num cenário estereotípico de abuso sexual - abuso extrafamiliar e com reação de choro -, corroborando a literatura anteriormente apresentada e discutida (Davies & Rogers, 2009; King et al., 1988; Myers et al., 1999; Regan & Baker, 1998).

4.1. Limitações e Orientações Para a Prática Profissional e Investigação Futura

Apesar dos resultados inovadores aqui apresentados, importa reconhecer um conjunto de limitações. Em primeiro lugar, é de considerar que a presente amostra é de conveniência, apresenta um tamanho reduzido e é constituída, maioritariamente, por participantes do sexo feminino (mais precisamente, 84.2%). Neste sentido, estudos futuros beneficiariam de uma amostra representativa da população portuguesa, possibilitando a generalização dos resultados. Ademais, importa ressaltar que alguns resultados devem ser analisados cuidadosamente, atendendo ao nível de significância < 0.10 . Não obstante, estes são expectáveis considerando o tamanho relativamente reduzido da amostra.

Apesar das limitações constatadas, a presente dissertação focada nas atribuições relativas ao abuso sexual na infância, apresenta implicações relevantes para a prática e para a investigação. Neste sentido, seria relevante futuros estudos continuarem a analisar os mitos do abuso sexual no contexto português e o papel de diversas variáveis sociodemográficas nas atribuições dos indivíduos. Considerando os presentes resultados - que demonstram o efeito do contexto abusivo nas atribuições dos participantes - seria pertinente estudos futuros analisarem de que forma as atribuições dos participantes são influenciadas, não apenas pelo contexto abusivo e a reação emocional da criança, mas pela relação emocional entre a vítima e o perpetrador - i.e., se as atribuições são mais positivas ou negativas quando a vítima e o perpetrador são emocionalmente próximos ou emocionalmente distantes (para além da sua relação de parentesco) (Schultz et al., 2002).

No que diz respeito à ausência de resultados estatisticamente significativos ao nível do efeito moderador dos mitos de abuso sexual, tal poderá dever-se à natureza da presente amostra, uma vez que esta inclui 64.2% dos participantes com formação superior, e que maior escolaridade parece estar associada a conhecimentos mais precisos relativamente ao abuso sexual na infância (Pereda et al., 2012; Xenos & Smith, 2001). Considerando que a escala de mitos sobre abuso sexual de crianças, adaptada por Chim e colaboradores (2020), é respondida numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos (1 = Discordo Fortemente a 5 = Concordo Fortemente), importa destacar que a presente amostra apresentou uma média inferior a 2 pontos, em todas as dimensões da escala - escala dos mitos global ($M = 1.56$), difusão de culpa ($M = 1.26$), negação do abuso ($M = 1.67$) e estereótipos restritivos ($M = 1.79$) - demonstrando, então, uma evidente discordância relativamente aos mitos de abuso sexual na infância. Deste modo, estudos futuros beneficiariam de uma maior heterogeneidade na constituição da amostra, nomeadamente, ao nível das características que possam potenciar a disseminação dos mitos do abuso sexual por parte dos indivíduos e, conseqüentemente nas atribuições realizadas pelos mesmos.

Importa denotar que a presente dissertação apresentou uma associação entre os níveis dos mitos do abuso sexual na infância e as atribuições realizadas pelos participantes para com o abuso sexual e os seus envolventes. Estas atribuições, como demonstrado na literatura, apresentam diversas consequências para a vítima, impossibilitando que estas recebam o suporte necessário (Cromer & Goldsmith, 2010; Theimer & Hansen, 2020). Neste sentido, torna-se importante a capacitação dos indivíduos com conhecimentos cruciais relativamente ao abuso sexual e aos seus estereótipos, tendo em vista uma diminuição da disseminação destes mitos, e, por conseguinte, o decréscimo de atribuições negativas concedidas à vítima, diminuindo assim possíveis consequências negativas para a mesma. No presente estudo, os participantes parecem acreditar na visão estereotípica do abuso sexual na infância como ocorrendo em contexto extra-familiar (i.e., o mito do *stranger danger*), sendo que a literatura apela ao facto de esta crença ser também disseminada por profissionais (Fazenda, 2010; Korkman et al., 2014; Márquez-Flores et al., 2016; McGuire & London, 2017; Monteiro, 2018). Neste sentido e atendendo ao papel relevante que os *media* apresentam na disseminação deste mito e na conceptualização e consciencialização do abuso sexual na infância (Carson et al., 2014; McDevitt, 1996), seria importante a utilização dos *media* como uma ferramenta para a divulgação de informação adequada e fiável relativamente a esta temática. Esta divulgação poderia ser realizada através de campanhas relativamente ao tema, de modo a reduzir as crenças e estereótipos erróneos disseminados na sociedade, e potenciando informação adequada sobre o abuso sexual na infância, os perpetradores e os contextos onde este pode ocorrer. Seria, igualmente, importante a conceção de campanhas de sensibilização, focalizadas em profissionais que participem regularmente nas rotinas das crianças e jovens (Mathews, 2011).

Ademais, esta disseminação de informação poderia também ser relevante para motivar a revelação por parte das crianças vítimas de abuso sexual, uma vez que uma maior consciencialização relativamente ao abuso sexual apresenta-se como sendo um facilitador para a revelação por parte das vítimas (McElvaney, 2015). Isto seria particularmente importante para vítimas de abuso sexual intrafamiliar, uma vez que, não só parece haver maior probabilidade de socialmente as experiências de abuso sexual neste contexto serem percebidas como menos prováveis, estas vítimas apresentam, também, maiores dificuldades em revelar a sua experiência abusiva (Morrison et al., 2018; Tener, 2018). Deste modo, torna-se importante a diminuição das barreiras sociais de proteção das vítimas, assim como potenciar contextos de revelação protetores e securizantes às vítimas.

Conclusão

O abuso sexual na infância pode apresentar consequências a longo prazo, quer a nível de saúde física, nível emocional ou psicossocial (Finkelhor & Browne, 1985; Hailes et al., 2019). Apesar do reconhecimento desta experiência abusiva como um fator de risco para o desenvolvimento das crianças e jovens, continuam a ser disseminados na sociedade mitos relativamente ao abuso sexual na infância que apresentam igualmente consequências negativas para a vítima (Greeson et al., 2016), uma vez que parecem influenciar as atribuições dos indivíduos relativamente ao abuso sexual (Gelles & Cornell, 1990; Moskal, 1994). O presente estudo contribuiu para um melhor entendimento relativamente às atribuições de uma amostra de adultos na comunidade relativamente ao abuso sexual na infância, considerando o papel do contexto do abuso e da reação emocional da vítima. Especificamente, os resultados sugeriram um efeito da manipulação do contexto abusivo e da reação emocional da vítima, sendo que os participantes apresentaram perceber a vítima como mais honesta numa situação de abuso extrafamiliar e com reação de choro comparativamente com o abuso intrafamiliar com reação de choro.

Apesar dos mitos do abuso sexual não terem apresentado um efeito significativo enquanto moderador da relação em estudo, o presente estudo contribuiu para uma melhor compreensão da associação entre os mitos do abuso sexual e as atribuições relativas ao abuso sexual, verificando-se como expectável, atribuições mais negativas quando a existência de maiores níveis de mitos de abuso sexual. Não obstante, estes contributos, a investigação neste domínio carece de maior investimento nacional e internacional. No contexto português, é evidente a escassa investigação relativamente aos processos sociais legitimadores do abuso sexual na infância, aos mitos e ao modo como estes impactam as respostas providenciadas às vítimas quer pela sociedade como pelo sistema de promoção e proteção. A nível internacional, demonstra-se necessário a contínua investigação relativa à compreensão dos fatores explicativos das atribuições relativas ao abuso sexual.

Em suma, o presente estudo reforça a necessidade da promoção de informação realista acerca do abuso sexual na infância, de modo a desconstruir as crenças e estereótipos existentes, uma vez que estes apresentam um impacto nas atribuições dos indivíduos, que consequentemente afetam o apoio providenciado às vítimas (Theimer & Hansen, 2020). Desta forma, melhores serviços e respostas às vítimas de abuso sexual na infância e adolescência podem ser criadas, protegendo-as de processos de desacreditação e de vitimação secundária que impactam o seu funcionamento psicológico, social e emocional.

Fontes

Decreto Lei nº 48/95 de 15 de março. *Diário da República* nº 63/1995, Série I-A, 1350-1416.

Ministério da Justiça. Lisboa

Referências Bibliográficas

- Abbey, A., McAuslan, P., & Ross, L. (1998). Sexual assault perpetration by college men: The role of alcohol, misperception of sexual intent, and sexual beliefs and experiences. *Journal of Social & Clinical Psychology, 17*(2), 167-195.
- Adams, R. A. (2007). College students' attribution of blame in father–daughter incest. *Family and Consumer Sciences Research Journal, 36*(1), 55–62. doi:10.1177/1077727X07303815
- Adams, E. M., & Betz, N. E. (1993). Gender differences in counselors' attitudes toward attributions about incest. *Journal of Counselling Psychology, 40*, 210-216.
- Alaggia, R., Collin-Vézina, D., & Lateef, R. (2017). Facilitators and barriers to child sexual abuse (CSA) disclosures: A research update (2000–2016). *Trauma, Violence, & Abuse, 20*(2), 260-283.
- Alberto, I. M. (2004). *Maltrato e Trauma na Infância*. Coimbra: Libreria Almedina.
- Alexandre, T. M. D. O. (2017). Representações sociais sobre família e abrigo: um estudo com crianças em situação de acolhimento institucional [Dissertação de mestrado da Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9206>
- Allen, B., Tellez, A., Wevodau, A., Woods, C. L., & Percosky, A. (2014). The impact of sexual abuse committed by a child on mental health in adulthood. *Journal of Interpersonal Violence, 29*(12), 2257–2272. doi:10.1177/0886260513517550
- Amado, B. G., Arce, R., & Herraiz, A. (2015). Psychological injury in victims of child sexual abuse: A meta-analytic review. *Psychosocial Intervention, 24*(1), 49-62.
- Amstadter, A. B., & Vernon, L. L. (2008). Emotional reactions during and after trauma: A comparison of trauma types. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 16*, 391-408. <https://doi.org/10.1080/10926770801926492>
- Antfolk, J., Karlsson, M., Bäckström, A., & Santtila, P. (2012). Disgust elicited by third-party incest: the roles of biological relatedness, co-residence, and family relationship. *Evolution and Human Behavior, 33*(3), 217-223.
- Antunes, C. M. V. (2011). *Abuso sexual na infância e adolescência: uma leitura narrativa do impacto e dos processos conducentes à resiliência*. [Dissertação de Doutorado, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/13207>
- APAV (2019). *Manual CARE: Apoio a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual*. (2nd ed.) Lisboa: APAV.

- Arcari, C. (2016). Violência sexual na infância [pdf]. Retirado de https://media.wix.com/ugd/5117a5_a2981bf43244441ca9966aa60b6ecdc8.pdf.
- Ask, K. (2010). A survey of police officers' and prosecutors' beliefs about crime victim behaviors. *Journal of Interpersonal Violence*, 25, 1132–1149. <https://doi.org/10.1177/0886260509340535>
- Ask, K., & Landström, S. (2010). Why emotions matter: Expectancy violation and affective response mediate the emotional victim effect. *Law and Human Behavior*, 34, 392–401. <https://doi.org/10.1007/s10979-009-9208-6>
- Ayala, E. E., Kotary, B., & Hetz, M. (2018). Blame attributions of victims and perpetrators: Effects of victim gender, perpetrator gender, and relationship. *Journal of Interpersonal Violence*, 33(1), 94-116.
- Baccino, E., & Martrille, L. (2016). Children: Sexual abuse-epidemiology. Em J. Payne-James, & R. W. Byard (Eds), *Encyclopedia of forensic and legal medicine* (2nd ed., pp. 528–530). Elsevier, London, UK.
- Baptista, R. S., França, I. S. X. D., Costa, C. M. P. D., & Brito, V. R. D. S. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. *Acta paulista de enfermagem*, 21(4), 602-608.
- Barreto, M. J., & Rabelo, A. A. (2015). A família e o papel desafiador dos pais de adolescentes na contemporaneidade. *Pensando famílias*, 19(2), 34-42.
- Barth, J., Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S., & Tonia, T. (2013). The current prevalence of child sexual abuse worldwide: a systematic review and meta-analysis. *International Journal of Public Health*, 58(3), 469–483. [10.1007/s00038-012-0426-1](https://doi.org/10.1007/s00038-012-0426-1)
- Bederian-Gardner, D., & Goldfarb, D. (2014). Expectations of emotions during testimony: The role of communicator and perceiver characteristics. *Behavioral sciences & the law*, 32(6), 829-845.
- Bennet, D. S., Sullivan, W. M., & Lewis, M. (2005). Young children's adjustment as a function of maltreatment, shame, and anger. *Child Maltreatment*, 10(4), 311–323. [doi:10.1177/1077559505278619](https://doi.org/10.1177/1077559505278619)
- Blakemore, T., Herbert, J. L., Arney, F., & Parkinson, S. (2017). The impacts of institutional child sexual abuse: A rapid review of the evidence. *Child abuse & neglect*, 74, 35-48.
- Bollnow, O. (1967). Lived space. Em N. Lawrence, & D. O'Connor (Eds.), *Readings in existential phenomenology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bonanno, G. A. (2004). Loss, trauma, and human resilience: Have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events?. *American psychologist*, 59(1), 20.

- Bonanno, G. A., Colak, D. M., Keltner, D., Shiota, M. N., Papa, A., Noll, J. G., ... & Trickett, P. K. (2007). Context matters: The benefits and costs of expressing positive emotion among survivors of childhood sexual abuse. *Emotion*, 7(4), 824.
- Bornstein, B. H., Kaplan, D. L., & Perry, A. R. (2007). Child abuse in the eyes of the beholder: Lay perceptions of child sexual and physical abuse. *Child Abuse & Neglect*, 31(4), 375-391.
- Campbell, B. A., Menaker, T. A., & King, W. R. (2015). The determination of victim credibility by adult and juvenile sexual assault investigators. *Journal of Criminal Justice*, 43, 29–39. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2014.12.001>
- Calkins, C., Colombino, N., Matsuura, T., & Jeglic, E. (2015). Where do sex crimes occur? How an examination of sex offense location can inform policy and prevention. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 39(2), 99-112.
- Canan, S. N., Jozkowski, K. N., & Crawford, B. L. (2016). Sexual assault supportive attitudes. *Journal of Interpersonal Violence*, 33(22), 3502–3520. <https://doi.org/10.1177/0886260516636064>
- Carmo, R., Alberto, I. & Guerra, P. (2002). *O Abuso Sexual de Menores: Uma Conversa sobre Justiça entre o Direito e a Psicologia*. Coimbra: Almedina.
- Carson, D. K., Foster, J. M., & Chowdhury, A. (2014). Sexual Abuse of Children and Youth in India. *The Oriental Anthropologist*, 14(2), 343-364.
- Castelli, P., & Goodman, G. S. (2014). Children's perceived emotional behavior at disclosure and prosecutors' evaluations. *Child Abuse & Neglect*, 38(9), 1521-1532.
- Cavini, P. N. (2012). *Sobre família e saúde mental: as representações de profissionais da estratégia saúde família (ESF)* [Dissertação de doutoramento da Universidade de São Paulo]. Repositório da Universidade de São Paulo. [10.11606/D.47.2012.tde-04102012-111603](https://doi.org/10.11606/D.47.2012.tde-04102012-111603)
- Chen, J., Dunne, M. P., & Han, P. (2007). Prevention of child sexual abuse in China: Knowledge, attitudes, and communication practices of parents of elementary school children. *Child Abuse & Neglect*, 31, 747–755.
- Chenier, E. (2012). The natural order of disorder: Pedophilia, stranger danger and the normalising family. *Sexuality & Culture*, 16(2), 172-186. Chicago Press.
- Chim, I., Magalhães, E., Graça, J., Antunes, C., & Ferreira, C. (2020). Child sexual abuse myth scale: validity and reliability evidence in the Portuguese context. *Journal of child sexual abuse*, 29(7), 802-820.
- Collings, S. J. (1997). Development, reliability, and validity of the Child Sexual Abuse Myth Scale. *Journal of Interpersonal Violence*, 12(5), 665–674.

- Collings, S. J., Lindblom, L., Madu, S. N., & Park, M. S. (2009). The cross-cultural validity of the Child Sexual Abuse Myth Scale: A preliminary investigation. *Journal of Psychology in Africa*, 19(1), 9-17.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2021). Relatório anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2020 [pdf.] <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/16406/Relat%C3%B3rio+Anual+da+Atividade+das+CPCJ+do+ano+2020/2a522cda-e8ba-40fe-9389-47fa5966f7ed>
- Cooper, A., Quas, J. A., & Cleveland, K. C. (2014). The emotional child witness: Effects on juror decision-making. *Behavioral Sciences & the Law*, 32(6), 813-828.
- Cordeiro, M. (2003). Maus tratos a crianças e adolescentes. *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, 19(2), 151-60.
- Correa, W., Minetto, M. D. F., & Crepaldi, M. A. (2018). Família como promotora do desenvolvimento de crianças que apresentam atrasos. *Pensando famílias*, 22(1), 44-58.
- Council of Europe (2015). Child sexual abuse: Tell someone you trust!. Retirado de <http://www.coe.int/en/web/portal/-/bragi-gudbrandsson-interview-within-theframework-of-the-world-forum-for-democracy>
- Cromer, L. D., & Goldsmith, R. E. (2010). Child sexual abuse myths: Attitudes, beliefs, and individual differences. *Journal of child sexual abuse*, 19(6), 618-647.
- Darkness to Light (2015). Child sexual abuse statistics: The Magnitude of the Problem. http://www.d21.org/atf/cf/%7B64AF78C4-5EB8-45AA-BC28F7EE2B581919%7D/Statistics_1_Magnitude.pdf
- Davies, M., & Rogers, P. (2009). Perceptions of blame and credibility toward victims of childhood sexual abuse: Differences across victim age, victim-perpetrator relationship, and respondent gender in a depicted case. *Journal of Child Sexual Abuse*, 18(1), 78-92.
- Davies, M., Patel, F., & Rogers, P. (2013). Examining the roles of victim-perpetrator relationship and emotional closeness in judgments toward a depicted child sexual abuse case. *Journal of interpersonal violence*, 28(5), 887-909.
- Delgado, P. (2013). Acolhimento familiar de crianças: Evidências do presente, desafios para o futuro. Porto, Lisboa.
- Devine, D. J., Buddenbaum, J., Houp, S., Studebaker, N., & Stolle, D. P. (2009). Strength of evidence, extraevidentiary influence, and the liberation hypothesis: Data from the field. *Law and Human Behavior*, 33(2), 136-148.

- Devries, K. M., Mak, J. Y. T., Child, J. C., Falder, G., Bacchus, L. J., Astbury, J., & Watts, C. H. (2014). Childhood sexual abuse and suicidal behavior: A meta-analysis. *Pediatrics*, 133, 1331–1344. <http://dx.doi.org/10.1542/peds.2013-2166>
- Dinos, S., Burrowes, N., Hammond, K., & Cunliffe, C. (2014). A systematic review of juries' assessment of rape victims: Do rape myths impact on juror decision-making? *International Journal of Law, Crime and Justice*, 43(1), 36–49. <https://doi.org/10.1016/j.ijlcrj.2014.07.001>
- Dolan, M., & Whitworth, H. (2013). Childhood sexual abuse, adult psychiatric morbidity, and criminal outcomes in women assessed by medium secure forensic service. *Journal of Child Sexual Abuse*, 22(2), 191–208. doi:10.1080/10538712.2013.751951
- Ehring, T., Welboren, R., Morina, N., Wicherts, J. M., Freitag, J., & Emmelkamp, P. M. (2014). Meta-analysis of psychological treatments for posttraumatic stress disorder in adult survivors of childhood abuse. *Clinical psychology review*, 34(8), 645-657.
- Eisenberg, N., Glynn-Owens, R., & Dewey, M. E. (1987). Attitudes of health professionals to child sexual abuse, *Child Abuse & Neglect*, 11, 109-116.
- Ellison, L., & Munro, V. E. (2009). Reacting to rape: Exploring mock jurors' assessments of complainant credibility. *British Journal of Criminology*, 49, 202–219. <https://doi.org/10.1093/bjc/azn077>
- Faleiros, E. T. S. (2003). Aspectos relevantes na definição de abuso sexual. Em A. C. Oliveira (Ed.), *Abuso sexual de crianças e adolescentes: desafios na qualificação profissional* (pp.55-70). Rio de Janeiro: Nova Pesquisa.
- Fávero, M.F. (2003). *Sexualidade Infantil e Abusos Sexuais a Menores*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Fayokun, K. O. (2015). Legality of child marriage in Nigeria and inhibitions against realisation of education rights. *US-China L. Rev.*, 12, 812.
- Fazenda, I. M. E. M. (2010). Representações sociais em torno do abuso sexual de crianças numa amostra de médicos e enfermeiros dos cuidados de saúde primários [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18219>
- Feiring, C., & Taska, L. S. (2005). The persistence of shame following sexual abuse: A longitudinal look at risk and recovery. *Child Maltreatment*, 10(4), 337–349. 10.1177/1077559505276686
- Fernandez, E., Lee, J. S., Blunden, H., McNamara, P., Kovacs, S., & Cornefert, P. A. (2016). *No child should grow up like this: Identifying long term outcomes of forgotten Australians, child migrants and stolen generations*. Kensington: University of New South Wales.

- Ferragut, M., Rueda, P., Cerezo, M. V., & Ortiz-Tallo, M. (2020). What do we know about child sexual abuse? Myths and truths in Spain. *Journal of interpersonal violence*, 0886260520918579.
- Figueiredo, N. C. A. (2015). *Vamos prevenir! As aventuras do Búzio e da Coral: jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças entre os 6 e os 10 anos* [Dissertação de Doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/10673>
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse*. New York.
- Finkelhor, D., & Browne, A. (1985). The traumatic impact of child sexual abuse: A conceptualization. *American Journal of orthopsychiatry*, 55(4), 530-541.
- Finkelhor, D., Ormrod, R., Turner, H., & Hamby, S.L. (2005). The victimization of children and youth: A comprehensive, national survey. *Child Maltreatment*, 10, 5-25.
- Finkelhor, D., Shattuck, A., Turner, H. A., & Hamby, S. L. (2014). The Lifetime Prevalence of Child Sexual Abuse and Sexual Assault Assessed in Late Adolescence. *Journal of Adolescent Health*, 55(3), 329–333. 10.1016/j.jadohealth.2013.12.026.
- Fortney, T., Levenson, J., Brannon, Y., & Baker, J. (2007). Myths and facts about sexual offenders: Implications for treatment and public policy. *Sexual Offender Treatment* 2(1).
- Fredrickson, B. L. (1998). What good are positive emotions?. *Review of General Psychology*, 2, 300–319.
- Frese, B., Moya, M., & Megías, J. L. (2004). Social perception of rape: How rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 19, 143-161.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal*. (pp. 337-337).
- Gelles, R. J., & Cornell, C. P. (1990). *Intimate violence in families* (2nd ed.). Newbury Park, CA: Sage
- Giles-Sims, J., & Finkelhor, D. (1984). Child abuse in stepfamilies. *Journal of Family Relations*, 33, 407-413.
- Golding, J. M., Fryman, H. M., Marsil, D. M., & Yozwiak, J. A. (2003). Big girls don't cry: The effect of child witness demeanor on juror decisions in a child sexual abuse trial. *Child Abuse & Neglect*, 27, 1311–1321.
- Goodman, G. S., Taub, E. P., Jones, D. P. H., England, P., Port, L. K., Rudy, L., & Prado, L. (1992). Testifying in criminal courts: Emotional effects on child sexual assault victims. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 57, 1–141.

- Goodyear-Brown, P., Fath, A., & Myers, L. (2012). Child sexual abuse: The scope of the problem. In P. Goodyear-Brown (Ed.), *Handbook of child sexual abuse: 23 Identification, assessment, and treatment* (pp. 3-28). Hoboken, NJ, US: John Wiley & Sons Inc.
- Greeson, M. R., Campbell, R., & Fehler-Cabral, G. (2016). “Nobody deserves this”: Adolescent sexual assault victims’ perceptions of disbelief and victim blame from police. *Journal of Community Psychology*, 44(1), 90–110. <https://doi.org/10.1002/jcop.21744>
- Grubb, A., & Turner, E. (2012). Attribution of blame in rape cases: A review of the impact of rape myth acceptance, gender role conformity and substance use on victim blaming. *Aggression and violent behavior*, 17(5), 443-452.
- Guerra, V. (1998). *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez.
- Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Hailes, H. P., Yu, R., Danese, A., & Fazel, S. (2019). Long-term outcomes of childhood sexual abuse: an umbrella review. *The Lancet Psychiatry*, 6(10), 830-839.
- Hawkins, R., & Teng Sze Wei, S. (2017). Child sexual abuse attributions among undergraduate psychology students in Singapore. *Journal of child sexual abuse*, 26(7), 839-852.
- Hershkowitz, I., Lanes, O., & Lamb, M. E. (2007). Exploring the disclosure of child sexual abuse with alleged victims and their parents. *Child abuse & neglect*, 31(2), 111-123.
- Hornor, G. (2010). Child Sexual Abuse: Consequences and implications. *Journal of pediatric health care*, 24 (6), 358-364.
- Jenkins, K. (2017). Rape myths and domestic abuse myths as hermeneutical injustices. *Journal of Applied Philosophy*, 34(2), 191-205. [10.1111/japp.12174](https://doi.org/10.1111/japp.12174).
- Johnson, B. E., Kuck, D. L., & Schander, P. R. (1997). Rape myth acceptance and sociodemographic characteristics: A multidimensional analysis. *Sex Roles*, 36, 693-707. [doi:10.1023/a:1025671021697](https://doi.org/10.1023/a:1025671021697)
- Katz, C., Paddon, M. J., & Barnett, Z. (2016). Emotional language used by victims of alleged sexual abuse during forensic investigation. *Journal of child sexual abuse*, 25(3), 243-261.
- Katz, C., Tsur, N., Nicolet, R., Klebanov, B., & Carmel, N. (2020). No way to run or hide: Children’s perceptions of their responses during intrafamilial child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 106, 104541.

- Kaufmann, G., Drevland, G. C., Wessel, E., Overskeid, G., & Magnussen, S. (2003). The importance of being earnest: Displayed emotions and witness credibility. *Applied Cognitive Psychology: The Official Journal of the Society for Applied Research in Memory and Cognition*, 17(1), 21-34.
- Kelly, L., & Karsna, K. (2017). Measuring the scale and changing nature of child sexual abuse and child sexual exploitation. Scoping report.
- King, N. M., Hunter, W. M., & Runyan, D. K. (1988). Going to court: the experience of child victims of intrafamilial sexual abuse. *Journal of Health Politics, Policy and Law*, 13, 705–721.
- Klippenstein, M. A., & Schuller, R. (2012). Perceptions of sexual assault: Expectancies regarding the emotional response of a rape victim over time. *Psychology, Crime and Law*, 18, 79–94
- Koller, S. H., & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. Em S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp.293-310). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Korkman, J., Svanback, J., Finnila, K., & Santtila, P. (2014). Judges' views of child sexual abuse: Evaluating beliefs against research findings in a finnish sample. *Scandinavian Journal of Psychology*, 55(5), 497–504. <https://doi.org/10.1111/sjop.12147>
- Krahe, B. (1988). Victim and observer characteristics as determinants of responsibility attributions to victims of rape. *Journal of Applied Social Psychology*, 18, 50-58.
- Krahé, B., Temkin, J., Bieneck, S., & Berger, A. (2008). Prospective lawyers' rape stereotypes and schematic decision making about rape cases. *Psychology, Crime & Law*, 14(5), 461–479. <https://doi.org/10.1080/10683160801932380>
- Lambert, A. J., & Raichle, K. (2000). The role of political ideology in mediating judgments of blame in rape victims and their assailants: A test of the just world, personal responsibility, and legitimization hypotheses. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26(7), 853-863.
- Lameiras, M., Carrera, M. V., & Failde, J. M. (2008). Abusos sexuales a menores: estado de la cuestión a nivel nacional e internacional. *Revista d'Estudis de la Violència*, 6, 1–23.
- Landström, S., Ask, K., Sommar, C., & Willén, R. (2015). Children's testimony and the emotional victim effect. *Legal and Criminological Psychology*, 20(2), 365-383.
- Leander, L., Christianson, S. Å., Svedin, C. G., & Granhag, P. A. (2007). Judges', laypeople, and police officers beliefs about factors affecting children's testimony about sexual abuse. *The Journal of Psychology*, 14, 341–357
- Lemaigre, C., Taylor, E. P., & Gittoes, C. (2017). Barriers and facilitators to disclosing sexual abuse in childhood and adolescence: A systematic review. *Child Abuse & Neglect*, 70, 39-52.

- Levenson, J. S., Brannon, Y., Fortney, T., & Baker, J. (2007). Public perceptions about sex offenders and community protection policies. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 7(1), 1–25.
- Lievore, D. (2004). *Recidivism of sexual assault offenders: Rates, risk factors and treatment efficacy* (Vol. 80). Canberra: Australian Institute of Criminology.
- London, K., Bruck, M., Ceci, S., Shuman, D. (2005) Disclosure of child sexual abuse: What does the research tell us about the ways that children tell?. *Psychology, Public Policy, and Law*, 11(1), 194-226.
- López, F. (1999). *La Inocência Rota – Abusos sexuales a menores*. Barcelona: Océano.
- Magalhães, E., Graça, J., Antunes, C., Ferreira, C., & Pinheiro, M. (2021). Why are men more likely to endorse myths about child sexual abuse than women? Evidence from disposition and situation-based approaches. *Child maltreatment*. 1077559520988353.
- Magnussen, S., & Wessel, E. (2010). Displayed emotions in court: Effects on credibility judgments.
- Malloy, L. C., Lamb, M. E., & Katz, C. (2011). Children and the law: Examples of applied developmental psychology in action. Em *Social and personality development* (pp. 435–476). New York, New York: Psychology Press.
- Maniglio, R. (2013). Child sexual abuse in the etiology of anxiety disorders: A systematic review of reviews. *Trauma, Violence, & Abuse*, 14(2), 96-112.
- Maria, S., & Ornelas, J. (2010). O papel da comunidade na prevenção dos abusos sexuais de crianças (ASC). *Análise Psicológica*, 28(3), 411-436.
- Márquez-Flores, M., Márquez-Hernández, V., & Granados-Gámez, G. (2016). Teachers' knowledge and beliefs about child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 25(5), 538–555. <https://doi.org/10.1080/10538712.2016.1189474>
- Mathews, B. (2011). Teacher education to meet the challenges posed by child sexual abuse. *Australian Journal of Teacher Education (Online)*, 36(11), 13-32.
- McCauliff, B. D., & Kovera, M. B. (2012). Do jurors get what they expect? Traditional versus alternative forms of children's testimony. *Psychology, Crime and Law*, 18, 27–47.
- McDevitt, S. (1996). The impact of news media on child abuse reporting. *Child abuse & neglect*, 20(4), 261-274.
- McElvaney, R. (2015). Disclosure of child sexual abuse: Delays, non-disclosure and partial disclosure. What the research tells us and implications for practice. *Child Abuse Review*, 24(3), 159-169.

- McElvaney, R., Greene, S., & Hogan, D. (2014). To tell or not to tell? Factors influencing young people's informal disclosures of child sexual abuse. *Journal of interpersonal violence*, 29(5), 928-947.
- McElvaney, R., Moore, K., O'Reilly, K., Turner, R., Walsh, B., & Guerin, S. (2020). Child sexual abuse disclosures: Does age make a difference? *Child abuse & neglect*, 99, 104121.
- McGee, H., O'Higgins, M., Garavan, R., & Conroy, R. (2011). Rape and child sexual abuse: What beliefs persist about motives, perpetrators, and survivors? *Journal of Interpersonal Violence*, 26(17), 3580–3593. <https://doi.org/10.1177/0886260511403762>
- McGuire, K., & London, K. (2017). Common beliefs about child sexual abuse and disclosure: A college sample. *Journal of Child Sexual Abuse*, 26(2), 175–194. <https://doi.org/10.1080/10538712.2017.1281368>
- Meier, J. S. (2021). Denial of Family Violence in Court: An Empirical Analysis and Path Forward For Family Law. GWU Legal Studies Research Paper.
- Ministério da Administração Interna. (2020). Relatório Anual de Segurança Interna 2020. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Monteiro, C. C. G. (2018). Vítimas do “sexo forte” e agressoras do “sexo fraco”: Relação entre as representações sociais do abuso sexual de crianças e jovens e as representações sociais de género numa amostra de estudantes profissionais [Dissertação de Mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório de Iscte. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/18229>
- Morrison, S. E., Bruce, C., & Wilson, S. (2018). Children's disclosure of sexual abuse: A systematic review of qualitative research exploring barriers and facilitators. *Journal of child sexual abuse*, 27(2), 176-194.
- Moskal, R. (1994) Sexual abuse myths held by student teachers. *Canadian Journal of School Psychology*, 10, 43-53.
- Moskowitz, J. T., Folkman, S., & Acree, M. (2003). Do positive psychological states shed light on recovery from bereavement? Findings from a 3-year longitudinal study. *Death Studies*, 27, 471–500.
- Moynihan, M., Mitchell, K., Pitcher, C., Havaei, F., Ferguson, M., & Saewyc, E. (2018). A systematic review of the state of the literature on sexually exploited boys internationally. *Child Abuse & Neglect*, 76, 440–451. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.12.003>.
- Muncie, J. e McLaughlin, E. (1996). *Dangerous Place: The Family as a Sity of Crime* (chap.5). The Problem of Crime. London: Sage Publications.

- Myers, J. E., Redlich, A. D., Goodman, G. S., Prizmich, L. P., & Imwinkelried, E. (1999). Jurors' perceptions of hearsay in child sexual abuse cases. *Psychology, Public Policy, and Law*, 5(2), 388. New York: Basic Books.
- Nelson, A. (2019). Understanding Fear and Self-Blame Symptoms for Child Sexual Abuse Victims in Treatment: An Interaction of Youth Age, Perpetrator Type, and Treatment Time Period.
- Pereda, N., Arch, M., Guerra-González, R., Llerena, G., Berta-Aleman, M., Saccinto, E., & Gascón, E. (2012). Conocimientos y creencias sobre abuso sexual infantil en estudiantes universitarios españoles. *Anales de Psicología/Annals of Psychology*, 28(2), 524-531.
- Perrott, S. B., & Webber, N. (1996). Attitudes toward male and female victims of sexual assault: Implications for services to the male victim. *Journal of Psychology & Human Sexuality*, 8, 19-38. doi:10.1300/j056v08n04_02
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de pediatria*, 81(5), s197-s204.
- Priebe, G., & Svedin, C. G. (2008). Child sexual abuse is largely hidden from the adult society: An epidemiological study of adolescents' disclosures. *Child Abuse & Neglect*, 32, 1095-1108.
- Redford, L., Corral, S., Bradley, C., Fisher, H., Basset, C., Howat, N., & Collishaw, S. (2011). Child abuse and neglect in the UK today. Retirado de http://www.crin.org/en/docs/1323_child_abuse_neglect_research_PDF_wdf84181_original.pdf
- Regan, P. C., & Baker, S. J. (1998). The impact of child witness demeanor on perceived credibility and trial outcome in sexual abuse cases. *Journal of family violence*, 13(2), 187-195.
- Ruggiero, K. J., McLeer, S. V., & Dixon, J. F. (2000). Sexual abuse characteristics associated with survivor psychopathology. *Child Abuse & Neglect*, 24, 951-964.
- Russell, K. J., & Hand, C. J. (2017). Rape myth acceptance, victim blame attribution and Just World Beliefs: A rapid evidence assessment. *Aggression and Violent Behavior*, 37, 153-160.
- Sayfan, L., Mitchell, E. B., Goodman, G. S., Eisen, M. L., & Qin, J. (2008). Children's expressed emotions when disclosing maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 32(11), 1026-1036.
- Schultz, T., Passmore, J. L., & Yoder, C. Y. (2002). Emotional closeness with perpetrators and amnesia for child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 12(1), 67-88.
- Sedlak, A. J., Mettenburg, J., Basena, M., Peta, I., McPherson, K., & Greene, A. (2010). Fourth national incidence study of child abuse and neglect (NIS-4). Washington, DC: US Department of Health and Human Services, 9, 2010.

- Serisier, T. (2017). Sex crimes and the media. Em Oxford Research Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice.
- Sharma, B. R., & Gupta, M. (2004). Child abuse in Chandigarh, India, and its implications. *Journal of Clinical Forensic Medicine*, 11(5), 248-256.
- Sivagurunathan, M., Orchard, T., MacDermid, J. C., & Evans, M. (2019). Barriers and facilitators affecting self-disclosure among male survivors of child sexual abuse: The service providers' perspective. *Child Abuse & Neglect*, 88, 455–465. doi:10.1016/j.chiabu.2018.08.015
- Sleath, E., & Bull, R. (2010). Male rape victim and perpetrator blaming. *Journal of Interpersonal Violence*, 25(6), 969-988. doi: 10.1177/0886260509340534.
- Suarez, E., & Gadalla, T. M. (2010). Stop blaming the victim: A meta-analysis on rape myths. *Journal of interpersonal violence*, 25(11), 2010-2035.
- Tener, D. (2018). The secret of intrafamilial child sexual abuse: Who keeps it and how?. *Journal of child sexual abuse*, 27(1), 1-21.
- Tener, D., Marmor, A., Katz, C., Newman, A., Silovsky, J. F., Shields, J., & Taylor, E. (2021). How does COVID-19 impact intrafamilial child sexual abuse? Comparison analysis of reports by practitioners in Israel and the US. *Child Abuse & Neglect*, 116, 104779.
- Theimer, K., & Hansen, D. J. (2020). Attributions of blame in a hypothetical child sexual abuse case: Roles of behavior problems and frequency of abuse. *Journal of interpersonal violence*, 35(11-12), 2142-2163.
- Townsend, C., & Rheingold, A.A., (2013). Estimating a child sexual abuse prevalence rate for practitioners: studies. Charleston, S.C., Darkness to Light. Retirado de www.D2L.org
- Uhl, C. A. (2014). The impact of transgenerational child sexual abuse and victim-perpetrator relationship in a case of child sexual abuse. The University of North Dakota.
- United States Department of Health and Human Services. (2018). Administration for children and families, administration on children, youth and families, children's bureau. Child Maltreatment Survey, 2016. Retirado de <https://www.acf.hhs.gov/sites/default/files/cb/cm2018.pdf>
- Van der Bruggen, M., & Grubb, A. (2014). A review of the literature relating to rape victim blaming: An analysis of the impact of observer and victim characteristics on attribution of blame in rape cases. *Aggression and violent behavior*, 19(5), 523- 531.
- van Doorn, J., & Koster, N. N. (2019). Emotional victims and the impact on credibility: A systematic review. *Aggression and violent behavior*, 47, 74-89.
- Venema, R. M. (2016). Police officer schema of sexual assault reports: real rape, ambiguous cases, and false reports. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(5), 872–899. <https://doi.org/10.1177/0886260514556765>.

- Vinuto, J. (2013). Representações sociais sobre a família do adolescente em conflito com a lei: a lei e suas ressignificações. *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, 22(22), 326-336.
- Vukadin, I. K., Žgela, V., & Mesić, J. (2016). Gender differences in sexual victimisation. *Revija za kriminalistiko in kriminologijo/Ljubljana*, 67(4), 389-403.
- Wessel, E., Bollingmo, G. C., Sønsteby, C., Nielsen, L. M., Eilertsen, D. E., & Magnussen, S. (2012). The emotional witness effect: Story content, emotional valence and credibility of a male suspect. *Psychology, Crime & Law*, 18, 417–430
- Wessel, E., Magnussen, S., & Melinder, A. M. D. (2013). Expressed emotions and perceived credibility of child mock victims disclosing physical abuse. *Applied cognitive psychology*, 27(5), 611-616
- Wessel, E. M., Eilertsen, D. E., Langnes, E., Magnussen, S., & Melinder, A. (2016). Disclosure of child sexual abuse: Expressed emotions and credibility judgments of a child mock victim. *Psychology, Crime & Law*, 22(4), 331-343.
- Winters, G. M., Colombino, N., Schaaf, S., Laake, A. L., Jeglic, E. L., & Calkins, C. (2020). Why do child sexual abuse victims not tell anyone about their abuse? An exploration of factors that prevent and promote disclosure. *Behavioral Sciences & the Law*, 38(6), 586-611.
- Workman, J. E., & Orr, R. L. (1996). Clothing, sex of subject, and rape myth acceptance as factors affecting attributions about an incident of acquaintance rape. *Clothing and Textiles Research Journal*, 14(4), 276-284.
- World Health Organization (2017). Responding to Children and Adolescents who have been Sexually Abused. WHO Clinical Guidelines. Retirado de <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259270/9789241550147-eng.pdf>
- Wrede, O., & Ask, K. (2015). More than a feeling: Public expectations about emotional responses to criminal victimization. *Violence and Victims*, 30, 902–915. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-14-00002>
- Wurtele, S., Kvaternick, M., & Franklin, C. (1992). Sexual abuse prevention for preschoolers: A survey of parents' behaviors, attitudes, and beliefs. *Journal of CSA*, 1, 113-128.
- Xenos, S., & Smith, D. (2001). Perceptions of rape and sexual assault among Australian adolescents and young adults. *Journal of Interpersonal Violence*, 16, 1103–1116. <https://doi.org/10.1177/088626001016011001>
- Yapp, E. J., & Quayle, E. (2018). A systematic review of the association between rape myth acceptance and male-on-female sexual violence. *Aggression and Violent Behavior*, 41, 1-19.

Anexos

Anexo A – Vinhetas do caso hipotético apresentadas aos participantes

Vinheta 1: *“Maria tem 7 anos, é filha de pais divorciados, mora com a mãe, e visita o pai ao fim-de-semana. Num desses fins-de-semana, numa noite de sábado, o pai estava a ver TV na sala com os amigos, enquanto Maria dormia. Ao voltar para casa da mãe no domingo, Maria parecia algo distante. Quando a mãe a questionou sobre se se passava algo errado, Maria refere calmamente que um amigo do pai tinha entrado no seu quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dele.”*

Vinheta 2: *“Maria tem 7 anos, é filha de pais divorciados, mora com a mãe, e visita o pai ao fim-de-semana. Num desses fins-de-semana, numa noite de sábado, o pai estava a ver TV na sala com os amigos, enquanto Maria dormia. Ao voltar para casa da mãe no domingo, Maria parecia algo distante. Quando a mãe a questionou sobre se se passava algo errado, Maria refere a chorar compulsivamente que um amigo do pai tinha entrado no seu quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dele.”*

Vinheta 3: *“Maria tem 7 anos, é filha de pais divorciados, mora com a mãe, e visita o pai ao fim-de-semana. Num desses fins-de-semana, numa noite de sábado, o pai estava a ver TV na sala com os amigos, enquanto Maria dormia. Ao voltar para casa da mãe no domingo, Maria parecia algo distante. Quando a mãe a questionou sobre se se passava algo errado, Maria refere calmamente que o pai tinha entrado no seu quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dele.”*

Vinheta 4: *“Maria tem 7 anos, é filha de pais divorciados, mora com a mãe, e visita o pai ao fim-de-semana. Num desses fins-de-semana, numa noite de sábado, o pai estava a ver TV na sala com os amigos, enquanto Maria dormia. Ao voltar para casa da mãe no domingo, Maria parecia algo distante. Quando a mãe a questionou sobre se se passava algo errado, Maria refere a chorar compulsivamente que o pai tinha entrado no seu quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dele.”*